

Abril, 2025
BPC Papers - V.12. N.08

BPC Papers

Cadernos BRICS-Urbe: U20

Sergio Veloso, BRICS Policy Center



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC), think thank vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS

Casas Casadas, 3º andar, Rua das Laranjeiras 307,
Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
CEP 22240-004

e-mail: bpc@bricspolicycenter.org

bricspolicycenter.org

BPC Papers V.12. N. 08 - Abril - Abril/2025.
Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center
ISSN: 2357-7681
XXp ; 29,7 cm

1.G20 ; 2.desenvolvimento urbano; 3. cooperação

Equipe BPC

Diretora do Instituto de Relações
Internacionais

Isabel Rocha de Siqueira

Diretora do BRICS Policy Center

Marta Fernández

Diretora Adjunta do BRICS Policy Center

Maria Elena Rodriguez

Coordenadora Administrativa

Lia Frota e Lopes

Gerente de Projetos

Clara Costa

Assistente de Projetos

Luana Freitas

Comunicação

Isabelle Bernardes

Diagramação

Luiz Segreto



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



U20: O que é?

Autores

Catharina Souza

Clara de Assis

Gabriel Porto

Helena Psomopoulos

Laila Tulani Silva

Larissa Firmino

Maria Clara Hierro

Marina Zenha

Pedro Paulo Panaro

Sophia Calabria

Raissa Caliano

Docente:

Sergio Veloso

U20: O que é?

1. U20

a. O que é?

O Urban 20 (U20) é “uma iniciativa de diplomacia de cidades, que congrega cidades dos países membros do G20 com o objetivo de promover o debate e a articulação política de recomendações nas pautas de economia, clima e desenvolvimento nas cidades” (G20 Brasil 2024, 2024). Criado em 12 de dezembro de 2017, durante o One Planet Summit em Paris, o U20 surgiu sob a liderança do então prefeito de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, e da prefeita de Paris, Anne Hidalgo, e desde então, tem se consolidado como um grupo de engajamento oficial do G20, que visa estabelecer um fórum para as cidades articularem perspectivas locais e objetivos comuns no fortalecimento de seu papel na Governança Global. Nesse sentido, o U20 reúne prefeitos das principais cidades do G20 para avançar o protagonismo de cidades na formulação de soluções locais para problemas globais.

Convocado pelo C40 Cities - rede Global de prefeitos - e pela United Cities and Local Governments (UCLG), o U20 busca fomentar um diálogo contínuo entre governos locais e nacionais, elevando as questões urbanas na agenda do G20. A cada ano, uma cidade assume a presidência do fórum, seguindo a rotação do país anfitrião do G20. Segundo a plataforma do U20 na Presidência brasileira do G20, o principal objetivo da iniciativa é:

“Facilitar um envolvimento duradouro entre o G20 e as cidades, aumentar o perfil das questões urbanas na agenda de cooperação internacional e estabelecer um fórum para as cidades desenvolverem uma mensagem coletiva para informar sobre as negociações do G20.” (G20 Brasil 2024, 2024)

b. Estrutura

Sob essa ótica, entre os dias 17 e 18 de junho e 14 a 17 de novembro de 2024, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo foram Copresidentes do sétimo Ciclo Urban 20, recebendo cerca de 87 prefeitos e autoridades municipais, junto de delegações de mais de 100 cidades de todo o mundo, além das anfitriãs Rio e São Paulo. Entre as delegações presentes, estavam: Paris, Barcelona, Milão, Istambul, Helsinque, Phoenix, Montreal, Freetown, Joanesburgo, Medellín, Montevidéo, Nova York, Buenos Aires e Londres. Membros sênior da Bloomberg Philanthropies, que patrocina o evento, do C40, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU) e outras lideranças urbanas também participaram das sessões e conferências.

A primeira cúpula aconteceu em São Paulo, entre os dias 17 e 18 de junho de 2024, e discutiu sobre os desafios urbanos e perspectivas municipais das prioridades do G20 – incluindo a redação preliminar do comunicado, comunicado com recomendações políticas e pedidos dos países do G20, que é

apresentado à Presidência do G20. A segunda Cúpula ocorreu no Rio de Janeiro, de 14 a 17 de novembro de 2024, e, pela primeira vez, contou com uma programação aberta ao público por meio do U20 Rio Summit, realizada entre os dias 14 e 16 de novembro. Além dos debates e conferências, o evento contou com a inclusão da sociedade civil nas discussões, transformando o Armazém da Utopia em um espaço único para a troca de experiências entre as cidades participantes e o público inscrito.

Os três principais eixos do U20 Summit eram a inclusão social e combate à fome e à pobreza, transição energética e enfrentamento das mudanças climáticas, além da reforma das instituições de governança global. Para ampliar o compartilhamento e diversidade de tópicos discutidos por diferentes especialistas, o evento foi dividido em cinco palcos: (i) Governança; (ii) Social; (iii) Climático; (iv) Principal; (v) Mezanino.

O palco do mezanino era um espaço privativo com abordagem em temas de sustentabilidade, saúde e desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Sendo iniciada todos os dias por seminários e conversas com diversos especialistas. Os palcos de Governança, Social e Climáticos abordavam questões de desenvolvimento climático e infraestrutura urbana. No Social, questões de desigualdade social e desenvolvimento eram priorizadas. No palco de Governança, resoluções futuras que envolvessem a comunidade internacional eram apresentadas por diferentes esferas da sociedade civil. E por fim, no Climático, eram discutidos projetos de desenvolvimento socioambiental e infraestrutura que facilitasse o desenvolvimento sustentável.

Todos os palcos trouxeram especialistas de diferentes áreas do conhecimento e coletivos da sociedade civil. A chamada de prefeitos, empreendedores, acadêmicos, pesquisadores e ativistas ao evento viabiliza a afirmação de cidades como ponto focal importante para superação de desafios globais. Como coloca Yuriko Koike, governadora de Tóquio desde 2016, “Se não implementarmos políticas locais, nem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nem o Acordo de Paris serão realizados.” (Urban 20, s. d. a). Assim, a troca multinível de perspectivas é vital para a renovação de projetos locais com impactos globais.

O U20 foi projetado pela fala simultânea de palestrantes em diferentes palcos com lugares limitados. A audiência os ouvia por meio de fones de ouvido para escutar somente a mesa em que o convidado escolhesse assistir. Isso limitava a quantidade de informação absorvida, já que mesmo que houvesse interesse em outras mesas do dia, teria que se limitar somente a uma no horário específico. Os fones de ouvido oferecidos possuíam tradução simultânea, assim, os convidados podiam alterar o idioma da mesa para francês, mandarim, inglês e/ou português. Entretanto, falhas técnicas com os instrumentos de áudio - fones e reproduzidores sonoros - eram frequentes durante os dois dias de evento.

c. Propósitos e desafios

Em alinhamento com as prioridades do G20 estabelecidas pelo governo brasileiro, os principais temas da edição de 2024 do U20 abordam questões urgentes para o futuro das cidades e do planeta. Entre os tópicos centrais, destacam-se a inclusão

social e o combate à fome e à pobreza, a transição energética e o enfrentamento das mudanças climáticas, a reforma das instituições de governança global e a construção de parcerias multinível para ação climática. A agenda do U20 também inclui a reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), a promoção de uma transição climática justa com foco na criação de empregos verdes e a busca por financiamento para resiliência urbana. Esses temas refletem a urgência de se encontrar soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios globais contemporâneos, com o compromisso de garantir um futuro mais justo e resiliente para as cidades e através das cidades.

A reunião da cúpula dos prefeitos ocorreu no dia 17, domingo, em que o Comunicado U20 2024 foi entregue diretamente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os pontos principais do relatório final, houve a solicitação que os países do G20 reconhecessem as cidades como parceiras essenciais na promoção da inclusão social, no combate à pobreza, na promoção da igualdade e no enfrentamento das mudanças climáticas (Comunicado U20, 2024). Além disso, as cidades foram incentivadas a elaborar planos em colaboração com os países para garantir que permanecessem alinhadas ao Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

A estrutura do U20 impõe mudanças significativas na troca de conhecimento sobre estratégias de mitigação e adaptação climática e diminuição da pobreza à medida em que viabiliza vozes locais e como elas enfrentam a desigualdade no cotidiano. Sob essa lógica, o U20 se porta como uma proposta estratégica para articulação de demandas, perspectivas e necessidades locais diretamente nas discussões do G20 em oposição à estrutura hierarquizada da governança global sobre a discussão de problemas globais e suas soluções. Essa iniciativa busca integrar agendas locais, nacionais e internacionais ao criar um espaço para que os governos locais influenciem as decisões globais levando as vozes das cidades para o debate de políticas de alcance internacional. Isso ocorre por meio da chamada de iniciativas da sociedade civil, acadêmicos, prefeitos e profissionais do setor privado e público para o debate. Ao se posicionar como uma plataforma de diálogo entre cidades e governos nacionais, o U20 possibilita o avanço do desenvolvimento sustentável e multinível.

O mundo enfrenta uma série de desafios globalizados, como as mudanças climáticas, o aumento das desigualdades sociais e os impactos da pandemia, que exigem respostas cada vez mais urgentes. De acordo com o Banco Mundial, desigualdades entre ricos e pobres cresce exponencialmente: 8,5% da população mundial atingiu pobreza extrema em 2024, ou seja, vive com menos de 2,15 dólares por dia (World Bank, 2024). Além disso, a poluição em grandes centros urbanos custa a saúde de comunidades marginalizadas (IPCC, 2023). Assim, iniciativas como o U20 são importantes para mitigação de problemas globais com soluções locais. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (2023), ambientes para cooperação internacional para o desenvolvimento podem contribuir para o desenvolvimento resiliente e sustentável. Na prática, iniciativas de diálogo entre governos nacionais e locais tendem a democratizar o acesso a orçamento para formulação de políticas que aliviem os impactos das mudanças climáticas em regiões vulneráveis (IPCC, 2023).

Assim, as cidades são áreas chave para o desenvolvimento de tais soluções, sendo o U20 o “mecanismo” que facilita essa colaboração entre cidades. O Pacto do Futuro, um dos principais resultados do U20 Rio Summit de 2024, exemplifica

essa abordagem integradora. Ao definir compromissos de resiliência urbana, inclusão social e desenvolvimento sustentável, o pacto reafirma a ideia de que as soluções para os desafios globais precisam ser implementadas localmente e com o apoio de políticas globais que respeitem as necessidades e as especificidades das cidades.

Embora as recomendações do U20 tenham um peso simbólico crescente, muitas vezes esbarram em dificuldades práticas quando se trata de implementar mudanças no nível nacional e global, como a escassez de financiamento para projetos de desenvolvimento no Sul global. Como explica Alkanalka (2024), iniciativas de cooperação por cidades tendem a ser menos autônomas que iniciativas internacionais devido à presença de posições hierárquicas dentro da estrutura do Estado que a envolve. A diplomacia urbana - ou diplomacia das cidades - tornou-se necessária para a criação de iniciativas alternativas e criativas para limitar ameaças comuns e coordenar efetivamente esforços locais, nacionais e internacionais (Alkanalka, 2024), ainda que as cidades possuam menos autonomia que Estados Nacionais.

Para que as cidades possam realmente desempenhar um papel ativo na governança global, é necessário garantir que o compromisso político seja acompanhado de recursos financeiros e de apoio institucional para a implementação das soluções propostas. O U20, então, baseia-se na diplomacia das cidades para reformular dinâmicas engessadas na governança global para o desenvolvimento e combate a ameaças globais como a crise climática, fome e pobreza.

2. Palcos

a. Principal

O palco principal abordou os assuntos de todos os palcos, com a presença de palestrantes de alto escalão como diplomatas, secretários e representantes de diferentes países. Foi nele que se deu o painel de abertura do Urban 20 Rio Summit, o qual teve a participação do prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes, o ministro das Cidades Jader Filho, o Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, o diretor-executivo do Grupo C40 de Grandes Cidades para Liderança do Clima Mark Watts, a secretária Geral das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), Emilia Saiz, o secretário de relações internacionais de São Paulo Ricardo Gomide e a diretora-executiva da ONU-Habitat Anacláudia Rossbach.

No painel de abertura, destacou-se amplamente o papel central das cidades no enfrentamento das mudanças climáticas, dado que são diretamente impactadas por seus efeitos. Conforme apontado pelo prefeito Eduardo Paes, as grandes cidades do mundo representam 80% do Produto Interno Bruto (PIB) global e são responsáveis por 70% das emissões de gases de efeito estufa. Segundo ele, será justamente nas cidades que a batalha contra as mudanças climáticas será vencida ou perdida. O prefeito enfatizou, ainda, que o tempo para agir é imediato, alertando que os esforços para mitigar esses impactos já estão atrasados e que resta pouco mais de cinco anos para realinhá-los às metas estabelecidas pelo Acordo de Paris.

Nesse contexto, as cidades e suas prefeituras, por estarem na linha de frente da implementação de políticas climáticas e mais próximas da sociedade e de suas demandas, desempenham

um papel essencial que deve ser reconhecido. É fundamental que esses entes sejam considerados atores políticos centrais, com participação ativa na governança global, na definição de políticas prioritárias e na alocação de recursos financeiros, tanto nacionais quanto internacionais. Diante desse cenário, torna-se crucial uma mobilização conjunta entre as prefeituras, como ressaltou Emília Saiz, “Os desafios das nossas comunidades, os desafios do planeta ultrapassam as fronteiras e requerem a participação de todos. E precisamos dedicar os fundos necessários para enfrentá-los.” (Saiz, 2024 apud Prefeitura do Rio, 2024)

Nesse mesmo sentido, o prefeito Eduardo Paes destacou a necessidade de ampliar significativamente os recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento sustentável e da ação climática nas cidades, a fim de alcançar os ODS da ONU e as metas do Acordo de Paris. Paes enfatizou, ainda, que atualmente apenas 7% dos recursos necessários chegam efetivamente às cidades, e essa realidade só será transformada por meio de uma ampla reforma na arquitetura financeira global, conduzida pelos países. Por fim, ressaltou que o U20 constitui uma oportunidade estratégica para que as cidades exerçam influência sobre as decisões dos líderes do G20, particularmente no que tange ao aumento e à destinação eficiente de recursos para projetos urbanos sustentáveis.

“O grande desafio nessa questão das mudanças climáticas, nos desafios das cidades, é o papel de mais protagonismo que as cidades precisam ter, especialmente no tema do financiamento. O presidente Lula é o presidente do G20. Então, o comunicado que as cidades pretendem apresentar a ele no próximo domingo é para que esse tema do financiamento passe a ser discutido pelos chefes de Estado do G20 com prioridade, já que boa parte da população mundial vive em cidades. (Paes, 2024 apud Prefeitura do Rio, 2024)

Além dos palestrantes presentes fisicamente, o painel teve a participação via mensagem de vídeo do empresário, ex-prefeito de Nova York e enviado especial da ONU para soluções climáticas Michael Bloomberg que, sem citar Donald Trump, prevê que haverá avanço na busca de soluções para o clima independentemente de quem estiver na Casa Branca. Ele também destacou o papel central das cidades no combate às mudanças climáticas:

“No assunto das ações climáticas, a maioria das cidades têm mais objetivos ambiciosos do que os governos nacionais. Três quartos das cidades do C40 tem reduzido de forma mais rápida suas emissões. Esse progresso mostra a importância dos líderes locais no combate às mudanças climáticas. A maioria das cidades têm metas climáticas mais ambiciosas que os governos nacionais e estão reduzindo emissões de forma mais rápida.” (Bloomberg, 2024 apud Prefeitura do Rio, 2024)

Uma das discussões trazidas no palco principal foi sobre maneiras de identificar desafios urbanos comuns que sejam significativos, apesar das diferentes realidades econômicas e sociais de cada cidade, no painel “Capacitando as cidades no seu próprio caminho para o desenvolvimento”. O painel foi moderado pelo ex-prefeito de Quito Mauricio Rodas, e contou com a participação de Fahd Al Rasheed, CEO da Royal Commission for Riyadh City (RCRC), Hazel Nasiphi Moya, prefeita de Tshwane, Kate Gallego, prefeita de Phoenix, além da contribuição virtual de Edward Glaeser, professor da Universidade de Harvard.

Os participantes discutiram sobre um conjunto de

princípios orientadores para o U20, como por exemplo, priorizar a inclusão e garantir que todas as vozes, particularmente aquelas de cidades menores ou menos poderosas, sejam ouvidas em deliberações e resoluções sobre questões críticas, como a formulação de uma estratégia global para combater a pobreza urbana e a fome. No painel, também foram discutidos mecanismos eficazes para garantir que as posições do U20 sobre o enfrentamento das desigualdades urbanas e vulnerabilidades sociais reflitam com precisão as diversas realidades das cidades em diferentes estágios de desenvolvimento.

Outra discussão extremamente relevante desse palco se deu no painel “Localização dos ODS no Sul Global”, que teve como temática os desafios para desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras para serem conquistados até 2030. Composto por Rodrigo Führ, coordenador de Relações Internacionais da ABM, Thiago Galvão, da Comissão Nacional para as ODS da Secretaria Geral da Presidência da República; Ary Vanazzi, presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM); Daphne Besen, gerente de Programas da ONU Habitat, e Eduardo Tadeu, diretor executivo da ABM e Emília Saiz, secretária-geral da CGLU.

Durante o debate, destacou-se a importância do compartilhamento de experiências entre todas as esferas de governo, ressaltando a necessidade de políticas de longo prazo que integrem de forma articulada os governos federal, estadual e municipal, bem como demais atores da sociedade. Segundo Emília Saiz, secretária-geral da CGLU, instrumentos como os relatórios voluntários subnacionais desempenham um papel estratégico na promoção de mudanças. Esses mecanismos permitem avaliar boas práticas implementadas em diferentes cidades, identificar oportunidades de aprimoramento e situar as ações dentro de uma perspectiva de políticas públicas, utilizando a linguagem comum dos ODS. (Saiz, 2024 apud G20.Rio, 2024f)

Já no painel “Desbloqueando o acesso das cidades ao financiamento climático: o fundo de garantias para cidades verdes”, o debate focou na necessidade do acesso direto às cidades de recursos financeiros para implementar projetos de infraestrutura resiliente. Participaram dessa mesa Anne Hidalgo, prefeita de Paris e copresidente da Comissão Global para Finanças Urbanas dos ODS da ONU, Eugénie Birch, codiretora do Penn Institute for Urban Research; Maurício Rodas, ex-prefeito de Quito; Elizabeth Arciniegas, executiva sênior da Gerência de Desenvolvimento Urbano, Água e Economias Criativas do CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe), e Anacláudia Rossbach, diretora executiva da ONU-Habitat.

O painel foi organizado pela Comissão Global para Finanças Urbanas dos ODS, da qual o prefeito do Rio, Eduardo Paes, é copresidente. Para atingir esses objetivos, uma das iniciativas é a criação de um fundo de garantia para cidades verdes, que seria uma das ações para apoiar governos locais com um fundo que visa facilitar o financiamento de projetos urbanos sustentáveis, atendendo às necessidades locais. Segundo os participantes do painel, os centros urbanos enfrentam obstáculos em uma arquitetura financeira global que prioriza países, dificultando a ação local, fazendo com que seja prioritário o acesso direto para as cidades de financiamento.

“Precisamos de 800 bilhões de dólares de investimentos por ano para as cidades com relação às mudanças climáticas. A questão é onde encontrar esse dinheiro e permitir às cidades de terem o acesso direto ao financiamento. Muitas vezes, não se tem o acesso às garantias necessárias. Então, o fundo permite dar cobertura e liberdade para os governos locais levarem adiante seus programas”. (Hidalgo, 2024 apud G20.Rio,2024c)

Por fim, destaca-se uma temática extremamente atual trazida neste palco no painel “Inteligência Artificial para o Bem Social” promovida pelo Google, e a C40 Cities. O painel se propôs a discutir o financiamento da ação climática em múltiplos níveis. Juliet Rothenberg, diretora de produtos do portfólio Climate AI do Google, apresentou experiências na integração de IA em áreas urbanas estratégicas. “A nossa equipe trata dados de clima, meteorológicos, de incêndios, inundações, transporte, emissão de poluentes e satélites para gerar soluções a fim de mitigar os efeitos de eventos climáticos extremos e do aquecimento global nas cidades” (Rothenberg, 2024 apud G20.Rio, 2024d). A sessão mostrou como a Inteligência Artificial pode ser um divisor de águas nos esforços coletivos para combater as alterações climáticas, com foco na capacitação das cidades. Foram apresentadas também as oportunidades e desafios associados à implantação de IA para a ação climática (G20.Rio, 2024d).

b. Social:

Em alinhamento com a proposta do G20 Social de ampliação do papel da sociedade civil nos debates internacionais, o Palco Social do U20 Rio Summit promoveu um espaço de discussão e reflexão para reafirmar o protagonismo das cidades na luta contra a fome e desigualdades. A proposta do palco esteve em conformidade com o tema “Inclusão social e combate à fome e à pobreza”, uma das agendas prioritárias do U20 2024, que, por sua vez, refletiu as prioridades da presidência brasileira do G20, especialmente no enfrentamento à fome, à pobreza e à desigualdade.

Sob essa perspectiva, uma das discussões que ganhou maior destaque nas palestras realizadas no Palco Social foi a discussão sobre segurança alimentar nos espaços urbanos. Múltiplas mesas adotaram diferentes perspectivas para analisar essa pauta. Por exemplo, a mesa “Fostering Sustainable Urban Food Systems to Combat Hunger” (em português, “Promover Sistemas Alimentares Urbanos Sustentáveis para Combater a Fome”), com a participação de Iara Rolnik, diretora de programa no Instituto Ibirapitanga, Tainá de Paula, vereadora do Rio de Janeiro, Juliana Tangari diretora do Instituto Comida do Amanhã, Walter Belik co-fundador do Instituto Fome Zero, Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome.

Os convidados refletiram sobre como as cidades podem enfrentar o problema da subnutrição, enfatizando a urgência de endereçar também outras questões diretamente relacionadas com essa problemática, como o desemprego, a educação, e, em especial, a pobreza — pois, quando há um aumento da pobreza, cresce a fome. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2024, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022 a 2023, o percentual da população do país abaixo da linha de pobreza caiu de 31,6% para 27,4%. Nesse período, 8,7 milhões de pessoas saíram da pobreza, reduzindo esse contingente de 67,7 milhões para 59,0 milhões, o menor número registrado desde 2012 (IBGE, 2024). Paralelamente, a edição de 2024 do Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (FAO 2024) revelou que a insegurança alimentar severa no Brasil caiu 85% em 2023. Em números absolutos, 14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome, fazendo com que o número de brasileiros em situação de insegurança alimentar severa recuasse de 17,2 milhões em 2022 para 2,5 milhões em 2023. Esses dados evidenciam a

estreita relação entre a redução da pobreza e a diminuição da fome, demonstrando como avanços socioeconômicos impactam diretamente a segurança alimentar da população.

Nas discussões, também foi apontado que, somente no Brasil, a produção de alimentos foi suficiente para abastecer 1.6 bilhão de pessoas. Todavia, dados fornecidos pelo relatório Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (FAO et al., 2024) evidenciam que 733 milhões de pessoas no mundo estavam no mapa da fome em 2023. As desigualdades presentes na realidade brasileira se revelam alarmantes: 8,7 milhões de pessoas sujeitas à insegurança alimentar e nutricional grave, conforme dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2024, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para além dos efeitos sociais da insegurança alimentar, a mesa ressaltou, também, seus efeitos econômicos. A fome, como denunciado pelos palestrantes, possui um alto custo. De acordo com o relatório Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutrição 2024, entre 2021 e 2023, o valor de uma dieta saudável na América Latina e no Caribe subiu 11,8% (FAO et al, 2025). A região apresenta o maior preço do mundo nesse aspecto, com uma dieta saudável custando aproximadamente quatro vezes mais do que uma dieta não saudável.

A palestrante Iara Rolnik destacou a importância de identificar o público mais afetado pelas desigualdades ao produzir dados, ressaltando que a maioria dessas pessoas é negra. Segundo ela, a questão racial está na raiz dos problemas dos sistemas alimentares, evidenciada pelo fato de que cerca de 65% dos lares chefiados por pessoas negras enfrentam algum nível de insegurança alimentar. Diante desse cenário, é fundamental não apenas reconhecer esses dados, mas também integrá-los às estratégias de combate à fome. Para isso, as políticas públicas devem considerar os sistemas alimentares como um espaço de enfrentamento do racismo, promovendo ações que reduzam as desigualdades e garantam o acesso à alimentação.

Tainá de Paula ressaltou que 70% da juventude negra não tem acesso a alimentos não processados. A palestrante utilizou da palavra “nutricídio” para se referir à situação alimentar da população negra, que vem consumindo alimentos industriais com carga nutricional extremamente baixa. E criticou inclusive o papel do agronegócio, que não tem sido capaz de responder à latente crise de alimentação. Em que grandes mercados retém os alimentos para operar numa lógica que atenda as classes mais altas. Por isso, agricultores urbanos, de acordo com a convidada, podem ser protagonistas na geração de renda, de empregos verdes, através de cozinhas sustentáveis, contribuindo na luta contra a fome e insegurança alimentar.

Por fim, o Ministro Wellington Dias, utilizou sua fala para divulgar a Aliança Global Contra a Fome, uma proposta do governo brasileiro apresentada durante o encontro do G20. A iniciativa foi lançada em resposta ao preocupante cenário mundial em que 733 milhões de pessoas sofrem com a fome, conforme relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) de 2024. Essa temática já havia sido uma prioridade nos governos anteriores do presidente Lula, culminando na conquista de uma importante vitória com a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, durante o governo de sua sucessora, Dilma Rousseff. No entanto, o país voltou ao mapa em 2019, após o desmonte de diversas políticas públicas de combate à pobreza, o que resultou em 33,1 milhões de brasileiros em situação de fome em 2022, segundo dados da PNADC divulgados em 2024 pelo IBGE. Com base nesse compromisso, Lula propôs a criação da Aliança Global Contra Fome e a Pobreza, que reúne e

compartilha experiências bem-sucedidas de países integrantes, não apenas entre os membros do G20, mas também com todas as nações interessadas em adaptar e implementar tais políticas em seus territórios. Sobre a iniciativa, o ministro ressaltou:

“Queremos criar, com a participação de todos, um mecanismo que dará impulso político necessário para mobilizar os fundos e os mecanismos existentes e melhor organizá-los em torno de dois princípios: o foco nos mais pobres e vulneráveis e a implementação consistente de políticas nacionais”(Dias, 2024 apud Agência Gov, 2024)

O combate à fome não foi a única pauta a ganhar protagonismo nas palestras do Palco Social da U20 Rio Summit. Outras temáticas também foram debatidas, a exemplo das discussões sobre deslocamentos compulsórios, migração e refúgio nos contextos urbanos. A mesa “Resiliência Urbana em Contextos de Migração, Refugiados e Deslocamento Forçado” fomentou discussões simultaneamente especializadas e acessíveis entre profissionais do campo de migração e refúgio no palco Social do U20. Ela contou com a participação de Edward Mermelstein, comissário de assuntos internacionais de Nova York, Fabiana Goyeneche, Diretora de Relações Internacionais e Cooperação da Cidade de Montevidéu; Michele Barron, da Organização Internacional para Migração, da ONU, e Davide Torzilli, representante da ACNUR no Brasil.

Os palestrantes discutiram a importância das cidades e de suas políticas locais na dinâmica da migração e do refúgio. Destacou-se como o Pacto Global de Refugiados, assinado em 2018, reconhece o papel vital das cidades, autoridades locais e outros intervenientes, tanto em contextos urbanos quanto rurais. Essas entidades são frequentemente as primeiras a responder a crises de refugiados e enfrentam os impactos mais significativos a médio prazo, estando na linha de frente no fornecimento de serviços essenciais, como saúde, educação, habitação e emprego, cruciais para a integração bem-sucedida dos refugiados. Os desafios enfrentados pelos refugiados podem variar significativamente entre diferentes cidades, exigindo soluções adaptadas às especificidades locais. Além disso, é fundamental ressaltar as desigualdades estruturais que perpetuam diversas dinâmicas de refúgio. Reconhecer essas desigualdades e considerá-las no desenvolvimento de soluções é essencial para garantir respostas mais justas e eficazes, que levem em conta as vulnerabilidades históricas e socioeconômicas que moldam as experiências de deslocamento forçado. Por fim, a participação ativa e consciente das cidades na formulação e implementação de estratégias de acolhimento torna-se essencial.

Barron e Mermelstein destacaram a contribuição significativa que os refugiados podem trazer para o enriquecimento cultural e o impulsionamento econômico das cidades que os acolhem. Eles argumentaram que a diversidade cultural introduzida pelos refugiados pode revitalizar comunidades, promover a inclusão social e dinamizar setores econômicos locais. Além disso, enfatizaram a importância de políticas de acolhimento abrangentes, como o acesso a serviços de saúde, apoio jurídico e assistência legal, para garantir uma integração eficaz. Contudo, é relevante considerar que esse discurso pode, por vezes, refletir uma abordagem que valoriza os refugiados principalmente por suas contribuições utilitárias, sem uma reflexão mais profunda sobre as causas subjacentes que levam às crises de refúgio. Esse ponto ressalta a necessidade de uma análise mais abrangente que também aborde as responsabilidades históricas e contemporâneas das nações na

criação de condições que forcem milhões de pessoas a deixarem suas casas.

Outra temática presente nas palestras do U20 foi a necessidade de se refletir sobre os espaços urbanos a partir de perspectivas de valorização da inclusão social. Em meio a essa discussão, a mesa “Estratégias Urbanas Inclusivas: Bridging Research and Community Action” abordou a importância do diálogo entre o conhecimento científico e os saberes comunitários para a elaboração de políticas e de estratégias para as cidades. A mesa em questão foi composta pelos seguintes participantes: Mariana Fix, professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; Sérgio Veloso, professor de Relações Internacionais na PUC-Rio e coordenador do programa BRICS-Urbe do BRICS Policy Center; Thainã de Medeiros, vice-presidente do Instituto Papo Reto e XXX Southern Centre for Inequality Studies

A palestra abordou a importância de compreender a organização urbana atual a partir de uma perspectiva histórica. A professora Mariana destacou como fatores como o passado escravocrata, o crescimento acelerado das cidades, especulações imobiliárias e políticas urbanas que favoreceram a concentração de renda ajudaram a moldar o espaço urbano contemporâneo. Segundo ela, as grandes cidades da América Latina são marcadas por desigualdades estruturais, resultado da forma como o modo capitalista se desenvolveu nesses territórios.

Em sua fala, Mariana reflete sobre a relação entre o crescimento populacional e o aprofundamento da desigualdade social, pois esse fenômeno se manifesta de forma acentuada nas grandes cidades. Segundo ela, vivemos em um sistema marcado por desigualdades estruturais, em que os ônus e benefícios da urbanização não são distribuídos de maneira equitativa. E o processo de produção de moradias, nesse contexto, define padrões de desigualdade ao estabelecer dinâmicas de acesso à terra e à habitação. Esse fenômeno torna-se evidente ao analisarmos a elevação dos preços imobiliários, que avançam em um ritmo desproporcional em relação à inflação e à evolução dos salários da população. Dados da pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) indicam um crescimento de 7,7% do índice FipeZap, superando a inflação prevista de 4,87% (Banco do Brasil, 2024). Dessa forma, ampliam-se as barreiras de acesso à moradia, um direito fundamental assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

De acordo com Mariana, essa dinâmica é reflexo do caráter excludente do mercado imobiliário formal, que atende majoritariamente aos interesses dos segmentos mais ricos da sociedade, concentrando riqueza e restringindo oportunidades para as camadas mais pobres. As cidades, portanto, tornaram-se espaços de produção e reprodução de assimetrias sociais, em que o direito à moradia é frequentemente subordinado à lógica do lucro e da especulação imobiliária. Trata-se de um modelo urbano sustentado por uma lógica capitalista acumulativa, que não apenas gera, mas também perpetua desigualdades sistêmicas na distribuição dos recursos e oportunidades associadas à urbanização.

O problema da desigualdade no acesso à terra e à moradia, contudo, não é recente. Suas raízes podem ser traçadas a períodos históricos anteriores, sendo intensificado durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Nesse período, consolidou-se um projeto de sociedade conservadora, orientado pelos interesses de elites agrárias e da burguesia industrial, que detinham o poder político e econômico. Por meio de exclusões sistemáticas à populações vulnerabilizadas e racializadas no Brasil, comunidades inteiras foram empurradas para a ilegalidade e para a marginalização, habitando áreas consideradas irregulares ou

de “ocupação clandestina”, muitas vezes, somente por ocuparem territórios de interesse do mercado imobiliário.

Para compreender a origem dessas desigualdades, a palestrante voltou nosso olhar ainda mais para o passado, resgatando o legado da escravidão e suas consequências no espaço urbano. O processo de abolição da escravatura, em 1888, libertou formalmente a população negra escravizada, mas sem qualquer política de inclusão social ou acesso à moradia. Sem alternativas, muitos ex-escravizados passaram a habitar cortiços insalubres em áreas centrais das cidades, como o emblemático “Cabeça de Porco”, no Rio de Janeiro, demolido em 1893. A destruição desses cortiços, sem qualquer política de realocação para seus moradores, evidencia mais ainda o caráter excludente das políticas urbanas da época, voltadas mais para atender aos interesses imobiliários do que para garantir o direito à cidade.

A lógica da exclusão urbana, portanto, não é um fenômeno isolado, mas um processo histórico que atravessa diferentes períodos. Trabalhadores livres, libertos e ex-escravizados, ao ocuparem o centro da cidade, enfrentavam o dilema da relação entre moradia e trabalho: viviam em locais com aluguéis mais acessíveis e próximos aos seus empregos. Contudo, com o avanço da especulação imobiliária, essas moradias coletivas (como vilas operárias, habitações informais e favelas) passaram a ser vistas como obstáculos ao “progresso” urbano e objetos de lucro por empresários que viam o aumento de demanda para habitação nas cidades como uma oportunidade de lucro (Bonaci, 2007). As moradias coletivas foram progressivamente criminalizadas e removidas, o que contribuiu para o surgimento das periferias e favelas, marcadas pelo estigma da ilegalidade e pela exclusão dos projetos de desenvolvimento urbano. Na prática, as favelas não foram criadas por intensos fluxos migratórios, os quais se acalmaram a partir dos anos 1980, mas sim devido ao empobrecimento da vida urbana dos trabalhadores da cidade, marginalizados para a lei e políticas sociais (Bonaci, 2007). Isso tornou o ambiente urbano alvo fácil para a especulação imobiliária e manutenção de desigualdades estruturais.

No cenário contemporâneo, Mariana Fix abordou as políticas habitacionais implementadas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, em especial o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Financiado por recursos públicos e menos dependente dos circuitos tradicionais do mercado imobiliário, o programa foi concebido para enfrentar o déficit habitacional e ampliar o acesso à moradia para a população de baixa renda. No entanto, apesar dos avanços, o programa não foi capaz de romper com as estruturas históricas de desigualdade. Em muitos casos, ele serviu mais como uma resposta paliativa às consequências de um mercado desconectado das demandas reais da população, do que como uma solução estrutural para o problema da habitação.

Por fim, a palestrante trata a respeito da operação urbana, tal como estruturada atualmente, funciona como uma verdadeira máquina de produção de desigualdades. O modelo de desenvolvimento urbano baseado na lógica do capital, na valorização da terra e na especulação imobiliária atua através de uma lógica da perpetuação de um ciclo de exclusão, no qual o direito à moradia é constantemente subordinado aos interesses do mercado. Logo, a cidade, longe de ser um espaço democrático e de inclusão, transforma-se em um território de disputa, no qual o acesso à terra e à habitação continua sendo um privilégio para poucos.

Já o palestrante Sérgio Veloso enfatizou a necessidade de levar as discussões acadêmicas para além dos círculos universitários para democratizar o acesso a debates sobre

desigualdade e riqueza ao público. Ele ressaltou que a forma como o conhecimento é transmitido é tão relevante quanto o conteúdo em si, defendendo que a academia precisa mudar sua postura de produzir conhecimento apenas para si mesma. Como exemplo dessa abordagem, eles utilizaram o conceito de “artigo de engajamento” para apresentar o trabalho intitulado “Taxar os super-ricos pelo direito à cidade!”, desenvolvido em parceria com Thainã de Medeiros, outro palestrante da mesa, que busca estimular o debate público sobre justiça fiscal e equidade urbana.

O artigo discute a profunda desigualdade urbana no Brasil e como o sistema tributário favorece a concentração de riqueza. O texto aponta que o 1% mais rico detém quase metade da riqueza nacional, enquanto milhões vivem em condições precárias (Veloso, 2024). Depreende-se a importância da implementação de uma tributação progressiva sobre grandes fortunas, como o imposto de 2% sobre os super-ricos sugerido pelo Brasil no G20, que poderia gerar cerca de 250 bilhões de dólares por ano e financiar infraestrutura, moradias acessíveis e serviços públicos (Veloso, 2024). O artigo argumenta que essa medida ajudaria a reduzir a especulação imobiliária, tornando as cidades mais justas e acessíveis para todos. Como dito anteriormente, a obra se propõe a ser de fácil entendimento e, em vez de recorrer a termos excessivamente técnicos, o texto explica conceitos econômicos e urbanos de maneira clara e didática.

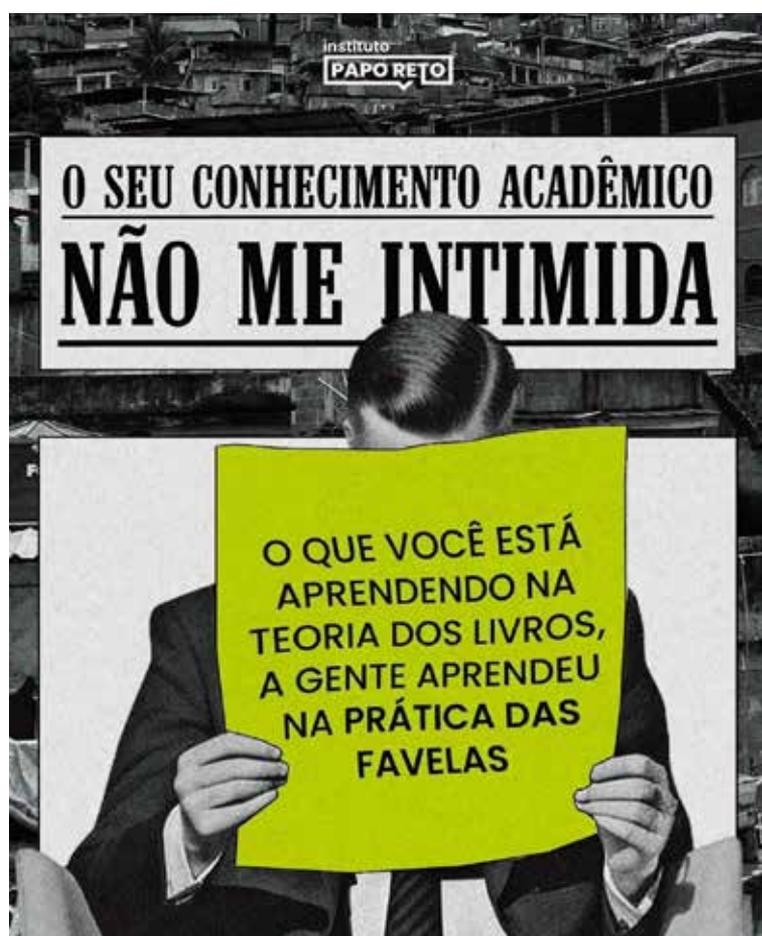
Durante a palestra, a discussão sobre taxação dos super-ricos foi vinculada a outra pauta que se manteve em alta no debate público ao longo do último trimestre de 2024: o fim da escala 6x1. Segundo o professor Sérgio Veloso, a natureza da questão de reforma do sistema tributário é a mesma da luta por escalas de trabalho mais humanizadas, uma vez que ambas explicitam a luta de classes e os conflitos de interesses entre grupos dominantes e explorados. O debate sobre escalas de trabalho não se restringe ao espaço da academia e ganha relevância entre a sociedade civil por dialogar de forma direta com a realidade cotidiana de grande parte da população brasileira, que, ao trabalhar em escala 6x1, é privada dos direitos aos descanso, ao ócio e ao lazer. O comentário de Veloso refletiu a necessidade de se transmitir em linguagem acessível as pautas relevantes para a conquista de direitos e para a promoção de ambientes urbanos e trabalhistas mais inclusivos e menos desiguais.

O exercício de transmissão de conhecimento a partir de uma linguagem acessível refletiu-se na fala de Medeiros, que também tratou das desigualdades no espaço urbano. Em diálogo com os pontos trazidos por Fix, o vice-presidente do Instituto Papo Reto denunciou o processo histórico de gentrificação na cidade do Rio de Janeiro, a partir da expulsão e da remoção das classes populares. Segundo Medeiros, a partir da década de 1990, o processo de remoção passou a ser classificado como “urbanização” — um eufemismo com o intuito de ocultar as violências presentes nas estratégias de planejamento urbano adotadas pelo poder público a partir desse período. De acordo com o palestrante, apesar da mudança na classificação, a expulsão da população de localidades populares, a fim de valorizar áreas estratégicas na cidade a partir do aumento da especulação imobiliária, manteve-se como uma prática constante. Nesse contexto, Medeiros destacou que, muitas vezes, vozes como as de Emicida e Brô MC’s — que vivenciaram diretamente essas violências urbanas — conseguem comunicar essas questões de forma mais eficaz do que acadêmicos e autores formais. Isso reforça a importância de democratizar o debate sobre desigualdade e planejamento urbano, aproximando a discussão das comunidades afetadas e ampliando seu impacto para além

dos círculos institucionais.

Em resumo, a mesa buscou, não só refletir acerca da importância da construção de estratégias urbanas que valorizam práticas de inclusão social, como também transmitir a informação a partir de uma linguagem de fácil compreensão. A perspectiva histórica de Mariana Fix foi complementada pelos comentários de Sérgio Veloso e de Thainã de Medeiros sobre questões contemporâneas, como a taxação de grandes fortunas e a luta pelo fim da escala 6x1. A palestra enfatizou a necessidade de se escutar as demandas e de se valorizar os conhecimentos produzidos a partir das experiências e das práticas das favelas e periferias, objetivo esse presente no trabalho do Instituto Papo Reto - como observado na Figura 1, apresentada durante a palestra.

Figura 1: “O seu conhecimento acadêmico não me intimida”



Fonte: Instituto Papo Reto, 2024

Em conclusão, a mesa social do U20 Rio Summit destacou a urgência de abordar questões como segurança alimentar, desigualdade urbana e migração dentro das cidades, enfatizando o papel central das políticas públicas e da sociedade civil na busca por soluções concretas. O evento reafirmou o papel das cidades como protagonistas na construção de soluções inclusivas e sustentáveis, evidenciando a necessidade de políticas integradas e comprometidas com a equidade social e econômica.

c. Governança:

Diante de crescentes índices de desigualdade com a concentração de apenas 2% da riqueza e 8,5% da renda para metade da população mundial, como apontado pelo Relatório Mundial da Desigualdade de 2022, (Piketty et al., 2022 apud

Menezes; Kraychete, 2022), o movimento pela reforma da governança global vem crescendo. Durante sua presidência do G20, o governo brasileiro posicionou esse tópico como parte vital da sua agenda (Luz, 2024), e podemos observar sua reflexão no U20 e em sua programação.

No palco de governança, esse movimento tomou forma principalmente através de discussões a respeito de financiamento climático, pauta de 6 das 12 sessões do espaço. Na palestra do Urban 20 Rio-São Paulo 2024 intitulada “Financiando para Transformação Urbana Sustentável: A Agenda Financeira Sustentável do G20 e Governo Local”, em especial, foi abordada a mudança de percepção de no que precisamos investir trazida pela agenda do financiamento climático. Como foi abordado por (NOME DO PALESTRANTE) durante sua fala, por vezes consideramos racional investir naquilo que é rentável de forma monetária e imediata. A necessidade de uma reforma na orientação de investimentos pode ser vista como incompatível com o modelo de desenvolvimento em vigor, como apontado por (SOBRENOME DO PALESTRANTE). Frente à consolidação do capitalismo e da ideia de desenvolvimento econômico, foram criadas as chamadas “mercadorias fictícias” (Polanyi, 2021), cujo valor é extrínseco. São elas: a mão de obra, a natureza e o dinheiro. A partir dessa mercantilização, tudo que está fora de nós foi transformado em recurso para ser explorado ou possível mercadoria para ser vendida (Krenak, 2019). Sobre essas raízes que se debruça o projeto de desenvolvimento econômico, baseado na trajetória econômica de países desenvolvidos e no acúmulo de capital, exportado para aqueles em desenvolvimento como uma fórmula mágica. Logo, investimentos na área de financiamento climático iriam contra essa lógica do mercado, uma vez que humanizam a mão de obra e a natureza.

Nesse prisma, outro dado alarmante foi trazido à tona durante as sessões do palco de governança e pela secretária de mudança do clima (Ministério do Meio Ambiente e Mudança no Clima) Ana Toni: cerca de 90% do financiamento climático global é direcionado somente para medidas de adaptação (Chiaretti, 2024). Além disso, o financiamento climático hoje não se aproxima do necessário em sua totalidade. Diante da crise climática, seriam necessários cerca de 8,1 trilhões de dólares ao ano até 2030 para remediar seus efeitos (Buchner et al., 2023 apud Betti; Felin; Almeida, 2024). Entretanto, entre 2021 e 2022 o volume anual médio de financiamento foi de cerca 1,3 trilhão de dólares, o que é bem abaixo do necessário (Betti; Felin; Almeida, 2024).

Apesar do Brasil já ter captado cerca de 237 bilhões de reais para operações de dívida ambiental, social e de governança desde 2015 (Duque et al., [s.d.]), esse valor está longe de qualquer meta internacional. Outros países em desenvolvimento enfrentam a mesma problemática devido ao risco país e cambial para investidores, o que faz com que o custo de capital seja maior (Betti; Felin; Almeida, 2024). Isso foi trazido à tona durante as sessões do palco de governança, como na palestra “Preparação para o clima e a sustentabilidade como uma estratégia para abordar desafios financeiros dos governos subnacionais”, ficando clara a dificuldade de se projetar financiáveis por esses fatores e a necessidade de fazê-lo.

Hoje, a arquitetura financeira internacional espelha ainda muito do mundo no qual aconteceu a Conferência de Bretton Woods e suas discussões das quais nenhum Estado em desenvolvimento participou. Assim, a necessidade de reforma não está sendo reconhecida somente pela necessidade de pensar o impacto da crise climática nas economias, mas também por conta da sub-representação do Sul Global nessas instituições

(Chiliatto; Roncaglia, 2024). Na sessão do palco de governança supracitada, foi colocada a necessidade desse protagonismo para que os planos climáticos possam ser traduzidos para nossa realidade frente ao acesso a investimentos. Ainda, foi pontuado no palco a capilaridade de projetos financiados que por vezes é insuficiente, devido ao atrito entre as necessidades locais e um sistema financeiro que suporta Estados.

O terceiro governo do presidente Lula tem liderado uma série de iniciativas a fim de provocar mudanças no cenário internacional, como o fortalecimento e contínua participação no BRICS, assim como no incentivo à adesão de novos membros. Além disso, Lula tem sido vocal a respeito de suas críticas ao atual sistema de financiamento, como durante a 16ª cúpula dos BRICS em que afirmou que estaria acontecendo um “Plano Marshall às avessas” em que os países mais pobres estariam financiando os ricos (Canal Gov, 2024). Também vem frisando o princípio de “responsabilidades comuns porém diferenciadas” quando se trata da crise climática (Moura, 2024).

O governo do Presidente Lula de 2023 começou com uma proposta de relação com os governos de estado e prefeituras baseada no Federalismo Climático. Como o ministro das cidades Jader Filho falou na palestra de abertura do U20, o Federalismo Climático é regido a partir do compartilhamento das respostas climáticas com todas as esferas de governo - União, Estado e Município. As decisões devem ser feitas a partir da esfera municipal, que possui mais contato com os problemas locais. Essas decisões devem ser comunicadas de forma horizontal e vertical, ou seja, para as outras esferas de governo e para o setor privado, como forma de encontrar financiamento para as ações necessárias.

Na mesma palestra, o diretor executivo do Grupo de Liderança Climática (C40) Mark Watts reforçou a importância da liderança de cidades quando o assunto é o combate às mudanças climáticas. Um dos cinco princípios do C40 é o princípio de liderança: “Liderança. O prefeito e a cidade demonstram liderança climática global e inspiram outros a agir em apoio ao Acordo de Paris” (C40, 2021, tradução própria). Por isso o grupo, composto por 97 cidades que fazem parte de 22% da economia mundial, incentiva a adoção do Federalismo Climático para que os países possam lidar com os desastres climáticos de forma mais efetiva. Na palestra “Cities on the Frontline: Tackling Climate Change, Poverty and Inequality in the Global South and North” (Cidades na Linha de Frente: Enfrentando Mudanças Climáticas, Pobreza e Desigualdade no Norte e Sul Global), que aconteceu no segundo dia do U20, o prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes disse que o C40 é importante para a troca de experiências entre prefeituras de grandes cidades. Essa troca pode ser meio de encontrar as melhores soluções para o impacto dos desastres climáticos.

Mas não adianta a troca de informações e o comprometimento de melhora sem financiamento suficiente para cobrir as mudanças necessárias na infraestrutura dessas cidades para uma melhora no impacto das consequências das mudanças climáticas. Raramente o governo de um país tem a capacidade de arcar com estes custos, e é neste caso que entram as parcerias.

A Secretária Geral da United Cities and Local Governments (UCLG, União de Cidades e Governos Locais) Emilia Saiz, presente na palestra inaugural do U20 Rio-São Paulo, enfatiza a importância das parcerias para que cidades tenham acesso a investimento e se tornem mais sustentáveis e habitáveis. Essas parcerias podem ser públicas, ou seja, com a União ou com governos estaduais, ou com entidades da esfera privada.

Um grande exemplo de parceria é a que a Prefeitura do

Rio de Janeiro fez com o Banco Nacional de Desenvolvimento, citada no painel “Construindo a arquitetura financeira necessária para cidades e regiões sustentáveis, justas e resilientes” no U20. Nela, a superintendente do BNDES Ana Cristina Rodrigues da Costa demonstra como a parceria feita para aprimoramento do Centro de Operações Rio (COR) é uma referência para outras cidades. “Em parceria com o COR, nossas equipes se juntaram para desenvolver um produto modular com o objetivo de criar formas rápidas e fáceis para que outras prefeituras possam se financiar e realizar a transição climática e operar seus centros”, explicou a superintendente.

As parcerias não se limitam a bancos e empresas. Elas podem ser feitas também entre governos nacionais e subnacionais, como a Coalition for High Ambition Multilevel Partnerships (Coalizão para Parcerias Multiníveis de Alta Ambição, agenda CHAMP). Na mesa do U20 intitulada “Construindo um futuro resiliente por meio de parcerias multiníveis”, o secretário executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) Gilberto Perre diz a importância dessa agenda para a visibilidade de governos locais para a solução de questões sustentáveis.

“A estratégia CHAMP é muito importante porque ela conversa com o Acordo de Paris. Foi a partir da COP de Paris que os prefeitos começaram a aparecer e dizer que precisam de financiamento. A agenda entre o poder central, os governos e as municipalidades é necessária para a evolução das cidades” (Perre, 2024 apud G20, 2024).

d. Clima:

O Palco Clima do evento U20 Summit proporcionou um ambiente ideal para debater a resiliência climática urbana, um tema de grande relevância nas sessões. Ao longo das discussões, destacou-se a necessidade urgente de as cidades se adaptarem às crescentes ameaças das mudanças climáticas e desenvolverem estratégias eficazes para enfrentar os desafios ambientais.

A integração de dados e tecnologia é essencial para fortalecer a resiliência climática urbana. Durante o U20, especialistas enfatizaram em suas discussões a grande quantidade de dados que as cidades precisam gerenciar para enfrentar os desafios climáticos de forma eficaz. O Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR) foi citado como exemplo bem-sucedido, demonstrando como essa integração tecnológica pode aprimorar significativamente a capacidade de resposta das cidades frente a esses desafios.

Na sessão “Desbloqueando Finanças Resilientes”, Amy Campbell, acadêmica da Columbia Climate School, destacou a necessidade de investimentos substanciais em estratégias de adaptação climática, diante dos riscos crescentes que as cidades enfrentam, e que podem levar a desastres graves e imprevisíveis. Andrew Kruczkievicz, acadêmico da Columbia Climate School, enfatizou a importância de priorizar e interpretar a grande quantidade de dados de forma eficaz para fortalecer a resiliência climática, permitindo que planejadores urbanos e tomadores de decisão façam escolhas mais informadas e eficazes sobre os riscos ambientais. O uso de tecnologias avançadas foi apontado como essencial para facilitar e aprimorar a coleta, análise e disseminação de dados, garantindo uma resposta mais eficiente das cidades aos impactos climáticos.

Parcerias estratégicas são fundamentais para fortalecer e promover uma resiliência climática. No U20 Summit, se reuniram diversos líderes municipais, formuladores de políticas

e especialistas para discutir estratégias colaborativas para apoiar os municípios em seus esforços de adaptação e migração dos impactos climáticos. Thomas Trebat, Diretor Fundador do Columbia Global Center Rio e do Climate Hub, ressaltou que, embora o financiamento e o envolvimento do setor privado sejam essenciais, as cidades devem primeiro aproveitar os recursos fiscais locais e incentivar a cooperação entre governos, cientistas e comunidades. O painel do Columbia Climate Hub e UCCRN, “Aprimorando a Liderança da Resiliência Climática Urbana no Rio de Janeiro”, destacou que a troca de experiências entre diferentes regiões contribui para enriquecer as discussões e permite o compartilhamento de informações sobre a implementação de estratégias urbanas climáticas. Durante o painel, esse compartilhamento de informações através das experiências foi destacado pelas experiências de cidades como Rio de Janeiro, Fortaleza e Tshwane (África do Sul), ressaltando a importância da cooperação global no aprimoramento do planejamento urbano. Trabat, moderador da sessão, destacou a relevância das contribuições da Columbia University no processo de tomada de decisão, enfatizando o uso de dados e suporte científico, com a cidade do Rio como exemplo. Assim, favorecendo soluções inovadoras e compartilhamento de recursos, ampliando a capacidade das cidades de enfrentar desafios climáticos.

Os debates no Palco Clima também abordaram a importância da liderança climática. Um dos destaques foi o painel “Financiamento Climático e Resiliência Urbana: Cidades Liderando a Mudança”, que reuniu especialistas e líderes municipais para discutir estratégias de capacitação dos municípios em suas ações climáticas. Valerie Plante, prefeita de Montreal, compartilhou sua experiência em lidar com desastres relacionados ao clima, destacando a ansiedade urbana gerada entre os residentes. Ela ressaltou a intensa pressão sobre os governos para responder de forma rápida e eficaz, reforçando a necessidade de estratégias robustas de resiliência urbana que transmitam segurança à população e fortaleçam a confiança nas ações governamentais.

As discussões sobre resiliência climática traçaram um caminho para a construção de cidades mais preparadas para os desafios ambientais. Entre as iniciativas apresentadas, destacou-se o lançamento do livro “Desenvolvimento Urbano Sustentável: Governança, Finanças e Política”, publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que enfatiza a importância da governança inovadora e do financiamento inclusivo para alcançar o desenvolvimento sustentável. Além disso, a ênfase no fortalecimento da liderança climática no Rio de Janeiro reforçou o compromisso de promover a colaboração local e global na busca por soluções eficazes para os desafios climáticos.

As discussões durante os debates climáticos do U20 reforçaram a estreita relação entre a resiliência climática e a saúde pública. A sessão “Urban Pulse” abordou essa interseção, destacando a necessidade das cidades monitorarem e responderem aos impactos das mudanças climáticas na saúde. Especialistas e líderes municipais discutiram como projetar ambientes urbanos que promovam o bem-estar da população enquanto enfrentam os desafios climáticos. A importância da coleta e análise de dados em tempo real foi enfatizada como uma ferramenta essencial para compreender as implicações das condições climáticas sobre a saúde. Ao integrar métricas de saúde ao planejamento urbano, as cidades podem se preparar melhor e mitigar esses impactos, protegendo especialmente as populações mais vulneráveis.

Daniel Soranz, secretário de Saúde da cidade do Rio,

discutiu a criação de um “protocolo de calor”, que serve como referência para países de clima tropical. Esse protocolo foi desenvolvido para orientar os cidadãos em suas vidas diárias e evitar os impactos das mudanças climáticas na saúde. Soranz enfatizou que o Centro de Operações Rio (COR) desempenha um papel significativo em ajudar a cidade a tomar decisões rápidas para proteger a saúde pública com base nesse protocolo. Nesse contexto, um dos pontos centrais debatidos foi o desenvolvimento de Protocolos de Saúde e Clima. Eles visam estabelecer diretrizes para as cidades seguirem a fim de integrar considerações de saúde nos planos de ação climática e oferecem orientação para a formulação de políticas que não apenas combatam as mudanças climáticas, mas também promovam a saúde pública (Prefeitura do Rio, 2024). As discussões ressaltam a importância da colaboração entre profissionais de saúde, planejadores urbanos e cientistas climáticos para desenvolver estratégias eficazes e adaptáveis às realidades locais. O secretário de Saúde do Rio, também destacou durante a sessão que essa abordagem integrada é essencial para construir cidades resilientes, que priorizem tanto a sustentabilidade quanto o bem-estar dos cidadãos (Prefeitura do Rio, 2024).

Dessa forma, a cúpula também abordou o papel da tecnologia e dos dados na criação de soluções inovadoras para monitorar os impactos climáticos na saúde. Os especialistas compartilham ideias sobre como as cidades podem aproveitar dados e tecnologia para monitorar os resultados de saúde relacionado às mudanças climáticas. Além disso, a cúpula contou com discussões sobre o papel do envolvimento da comunidade no desenvolvimento de protocolos eficazes de saúde e clima. As medidas tomadas durante o summit incluíram o estabelecimento de parcerias entre organizações de saúde e planejadores urbanos para garantir que as considerações de saúde sejam incorporadas às iniciativas de ação climática. Este esforço colaborativo visa criar uma estrutura abrangente que aborda tanto a resiliência climática quanto a saúde pública.

O U20, por meio de sessões como “Urban Pulse” e do desenvolvimento de Protocolos de Saúde e Clima, ressaltou a necessidade urgente de integrar saúde e ação climática. Ao adotar essa abordagem, as cidades podem fortalecer sua resiliência às mudanças climáticas enquanto promovem a qualidade de vida de seus habitantes. Os esforços colaborativos discutidos no evento são fundamentais para desenvolver ambientes urbanos sustentáveis que alinhem saúde pública e mitigação climática de forma eficaz.

Durante as discussões do U20, foram destacadas diversas fontes de financiamento climático, com o foco em como os governos nacionais e as instituições financeiras podem desbloquear fluxos financeiros para as cidades. Um dos principais pontos abordados nas discussões foi a colaboração entre governos locais e entidades financeiras internacionais para facilitar o acesso das cidades a esses recursos. Partes interessadas de alto nível, como Aloizio Mercadante, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil (BNDES), e Laurence Tubiana, CEO da Fundação Europeia do Clima, participaram de painéis que enfatizaram a necessidade de mecanismos inovadores de financiamento. Esses mecanismos são fundamentais para viabilizar iniciativas climáticas urbanas e garantir que os municípios possam implementar efetivamente seus planos de ação de forma eficaz.

Outro tema relevante foi o potencial de fundos e organizações globais para apoiar financeiramente projetos climáticos urbanos. A discussão girou em torno da criação de um ambiente favorável ao investimento em desenvolvimento

urbano sustentável, explorando parcerias público-privadas e a mobilização de recursos de diferentes setores. A iniciativa recebeu um retorno positivo dos participantes, que reconheceram o seu potencial para suprir lacunas nos esforços de descarbonização, tanto no presente quanto no futuro.

A necessidade de reformar as instituições multilaterais também foi amplamente debatida no U20. As discussões destacaram a importância de adaptar essas instituições ao cenário dinâmico das finanças climáticas e do desenvolvimento urbano. Nesse contexto, o governo brasileiro se alinhou com 74 outros países na Coalizão para Parcerias Multiníveis de Alta Ambição (CHAMP) durante a COP 28, comprometendo-se com políticas transversais que promovam uma transição justa e sustentável. Essa coalizão tem como objetivo fortalecer e aprimorar a colaboração entre nações e instituições, assegurando que o financiamento climático seja efetivamente direcionado de maneira eficiente para as áreas urbanas que enfrentam os desafios mais críticos.

As palestras no U20 trouxeram ideias sobre como as instituições multilaterais podem melhorar o apoio aos governos locais no acesso aos fundos de financiamento climático. Especialistas ressaltaram a necessidade de reformular estruturas financeiras existentes para tornar os processos de captação de recursos ágeis e eficientes. Entre as medidas propostas, destacaram-se o estabelecimento de diretrizes mais claras para alocação de financiamento e a ampliação da transparência nas transações financeiras ligadas às iniciativas climáticas. Essas reformas são essenciais para permitir que as cidades executem suas estratégias climáticas de maneira sustentável e eficaz.

Em linhas gerais, ao abordar temas de base acerca do urbanismo e seu planejamento, é impossível não falarmos sobre mobilidade urbana ou, mais a fundo, a mobilidade sustentável e ativa. Por isso, tendo como objetivo diminuir a participação do setor de transportes nas estatísticas de emissões globais de CO₂, evidencia-se a necessidade de transição para modelos mais limpos e eficientes. Em contraponto, tais medidas devem ir muito além de apenas tornar essas alternativas viáveis, faz-se essencial torná-las objetivamente atrativas e interessantes para as populações urbanas.

Assim, um exemplo dessa característica fica explícito na frase de Maína Celidonio (secretária municipal de Transportes do Rio de Janeiro): “Lembrando que um quarto da população carioca ainda se desloca a pé. E a gente precisa tornar esse “andar a pé” ou mesmo andar de bicicleta cada vez mais seguro e mais acessível para todos” (Celidonio, 2024 apud G20 Rio, 2024g). O conceito “cidade de 15 minutos” também ilumina a urgência por cidades mais humanas. Moreno (2020) explica que cidades não são apenas o centro de atividades econômicas e inovadoras, mas são principalmente um ambiente que deve viabilizar cidadania desde o centro até as periferias.

Então, entra em cena o fator qual possibilita a concretização de projetos para fora da folha de planejamento, os investimentos. Desse modo, é possível observar o quão benéfico são os efeitos provenientes do estímulo em, por exemplo, fatores que corroboram para o bom funcionamento da mobilidade ativa. Segundo a Fundação da Federação Internacional do Automóvel (FIA Foundation): “dados essenciais sobre a mobilidade ativa que destacam as elevadas taxas de retorno nas cidades que investiram em infraestruturas para uma mobilidade ativa segura em todo o mundo.” (FIA Foundation, 2024. Tradução Própria)¹. Com isso em mente, a cidade do Rio já exemplificou avanços concretos através de suas parcerias e implementação de medidas:

“[A] cidade do Rio trabalhou de forma eficaz com o Banco Mundial para financiar suas políticas de mobilidade segura e sustentável, fornecendo um forte exemplo do tipo de financiamento que é mais geralmente necessário para as cidades em todo o mundo.

O trabalho baseou-se no financiamento inicial da Fundação FIA para a segurança rodoviária na área escolar no Rio. Na sequência do trabalho de projeto em menor escala apoiado pela Fundação em parceria com o ITDP e as autoridades municipais, um pacote de financiamento do Banco Mundial de US\$135,2 milhões foi acordado e lançado em 2022 para ampliar o trabalho sobre mobilidade segura e sustentável.” (FIA Foundation, 2024. Tradução Própria)

Diante disso, é essencial também ponderar o acordo publicado no U20 Communiqué, acerca do direcionamento e objetivos dos prefeitos de suas cidades com o investimento público acerca das questões climáticas:

“Catalisar o investimento na ação climática local, mobilizando coletivamente o investimento público para atingir um mínimo de 800 bilhões de dólares anuais até 2030 para projetos climáticos urbanos de atenuação e adaptação (com base em dados de 2021), como um passo fundamental para estimular o investimento privado, e melhorando o acesso dos governos locais ao financiamento. Tal inclui a atribuição de, pelo menos, 40% do financiamento em condições favoráveis a ações climáticas locais que deem prioridade a comunidades com baixos rendimentos, bairros desfavorecidos, trabalhadores e outras pessoas em situações vulneráveis, em conformidade com quaisquer políticas fiscais regionais ou nacionais pertinentes. No seu conjunto, isto permitirá uma ação climática eficaz e inclusiva, o desenvolvimento da força de trabalho e a proteção social - melhorando assim a vida de todos os residentes urbanos e assegurando que a ação climática atenua os impactos negativos não intencionais, aborda as injustiças e beneficia todos durante a transição ecológica, justa, inclusiva e com baixas emissões de carbono.” (Urban20, 2024, p.19. Tradução Própria)

Segundo o professor Carlos Moreno: “o planejamento urbano associado ao uso da tecnologia, é o caminho para a produção de cidades mais resilientes e mais justas”. Nesse sentido, com a ascensão e popularização em massa dos transportes elétricos, um problema pendente para as cadeias logísticas pode ser devidamente resolvido. Considerando o objetivo de descarbonização dos transportes, a categoria de transportes de carga apresenta-se como uma das maiores prioridades, mesmo representando com apenas 4% da frota global de transporte, ela consegue gerar 36% das emissões totais de CO₂ na seção de transportes (Corrêa e Lindau, 2024). Por consequência, foram iniciados projetos no Brasil para eletrificar a frota, baseado no programa “e-FAST” elaborado pelo governo indiano e apoiado pelo WRI Índia, e há previsões de implementar 15.000 caminhões elétricos durante os próximos cinco anos. Sendo assim, o planejamento no território nacional está elaborado da seguinte forma:

“[A] plataforma brasileira de descarbonização do transporte de cargas se basearia em uma colaboração existente entre o WRI Brasil e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do país, que está mapeando o ecossistema de transporte de cargas do Brasil para estabelecer diretrizes para políticas

¹ Mesa do U20: “Melhorar o financiamento para transportes sustentáveis, seguros e inclusivos”, organizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (IPTD).

nacionais de descarbonização. Prevista para ser lançada em 2025, a plataforma institucionalizaria esses esforços e promoveria oportunidades de colaboração multissetorial, implementação de projetos-piloto e desenvolvimento de produtos financeiros.” (World Resources Institute, 2024. Tradução Própria)

Por outro lado, é possível observar o avanço da tecnologia auxiliando com a revitalização das plantas urbanas. Em essência, visando suprir demandas para soluções urbanas contra desafios climáticos, fora introduzido a iniciativa da utilização de drones para o reflorestamento da cidade do Rio. A tecnologia foi utilizada no estado do Rio de Janeiro, em Campo Grande pela primeira vez em Julho de 2024, o método se propõe a minimizar impactos das ondas de calor mirando na maior velocidade e efetividade do reflorestamento na cidade (Prefeitura do Rio, 2024).

“1,6 bilhões de pessoas em todo o mundo vivem em habitações inadequadas, das quais 1 bilhão vivem em favelas com condições de grande carência..” (UN-Habitat, 2023, p.10. Tradução própria). Em um cenário habitacional caótico, a mobilidade sustentável é essencial para garantir o acesso equitativo às oportunidades econômicas, sociais e educacionais. Tendo isso em vista, é crucial mencionar que, muitas vezes, tais grupos marginalizados sequer têm acesso ao transporte público adequado. Desse modo, são cada vez mais essenciais medidas com ênfase para garantir que as políticas deste segmento sejam inclusivas e beneficiem todos os cidadãos, principalmente visando atender aqueles em situação de vulnerabilidade. Nesse prisma, o projeto de Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR) tem servido como exemplo de conexão entre mobilidade e adaptação climática, prestando serviços como monitorar riscos como deslizamentos e otimizar rotas de transporte em eventos extremos. Adicionalmente, a organização esteve representada no evento por seu chefe-executivo, Marcus Belchior. Cabe destacar uma de suas citações proferidas durante o painel:

“É preciso estar embasado em ciência, análise de dados e inteligência. E isso o Centro de Operações vem fazendo. Aliás, antes mesmo de o COR existir, a Prefeitura do Rio já tinha essa cultura de dados com o Instituto Pereira Passos. Todas essas análises permitem ao gestor público pensar em ações preditivas. Além disso, é de fundamental importância as parcerias firmadas com as universidades e com grandes empresas. O COR, por exemplo, possui uma parceria com a Agência Espacial Norte-Americana (NASA) e com o Waze, o que é de suma importância para o desenvolvimento de medidas customizadas para a cidade, como o monitoramento de áreas com riscos de deslizamentos e questões relacionadas ao trânsito e a mobilidade do Rio.” (Belchior, 2024 apud Centro de Operações da Prefeitura do Rio, 2024)

O palco trouxe diversas temáticas imprescindíveis em seus painéis. Contudo, a ausência de um painel envolvendo a temática de racismo ambiental foi sentida. A discriminação sistêmica vulnerabiliza comunidades racializadas a riscos ambientais desproporcionalmente deveria ter tido mais espaço no Palco Clima do U20 2024. Ainda mais pois este tema é particularmente relevante no contexto brasileiro: o Instituto Pólis (2022) revelou que a população negra e de baixa renda da cidade de Belém ocupa a maior parte das áreas em situação de risco de inundações, enchentes e deslizamentos. Esses dados e a própria temática do racismo ambiental, desde seu princípio, corroboram com vários dos temas apresentados nas mesas do U20 ao longo dos três dias abertos ao público. Ainda assim, não

foi tópico central em nenhuma delas.

Em escala global, o racismo ambiental manifesta-se de diversas formas, desde a exportação de resíduos perigosos para países em desenvolvimento até a localização de indústrias poluentes próximas a comunidades marginalizadas. Na Europa, por exemplo, um estudo conduzido pelo European Environmental Bureau (EEB) revelou que comunidades Romani são frequentemente forçadas a viver em regiões poluídas, próximas a aterros sanitários ou instalações industriais (Child, 2020).

A inclusão deste tema no U20 teria sido crucial para promover políticas urbanas mais equitativas e sustentáveis, alinhadas com os objetivos de combate à pobreza, ação climática e desenvolvimento sustentável propostos pelo evento. Como explica Herculano e Pacheco (2008), a rede de combate ao racismo ambiental e justiça ambiental ainda são pequenas e invisibilizadas no Brasil. Assim, o debate sobre a problemática em fóruns com destaque internacional - como o U20 e G20 Social - são importantes para promoção de parcerias locais entre sociedade civil, coletivos populares e governos locais no combate ao racismo ambiental (Herculano e Pacheco, 2008). Questionar estruturas estatais, comerciais e produtivas que mantêm vulnerabilidades racializadas como o racismo ambiental significa, também, buscar resiliência às cidades pela promoção de cidadania digna no cotidiano local.

Em suma, apesar da ausência da temática de racismo ambiental, a Cúpula do U20 serviu como um espaço estratégico para debater aspectos fundamentais do financiamento climático, abrangendo desde a diversificação das fontes de recursos até a modernização das instituições multilaterais. Os esforços colaborativos e os insights compartilhados durante o evento são indispensáveis para fortalecer a capacidade das cidades de enfrentar os desafios climáticos por meio de estratégias financeiras inovadoras e eficientes.

3. Considerações Finais

O lançamento do U20 sediado pela presidência Brasileira em 2024 gera oportunidades para a formulação de soluções locais para problemas globais de maneira inovadora em relação aos demais fóruns de discussão multilaterais. O briefing buscou frisar as contribuições durante os dois dias de evento através dos discursos de alguns convidados de cada palco. Percebe-se que o U20 honra a ponte tão urgente entre a sociedade civil, academia, setor privado, governos locais e nacionais para avanço do desenvolvimento sustentável e focado no fortalecimento da cidadania no ambiente urbano.

A presença de vozes distintas com suas pautas de base é vital para a construção de políticas públicas multinível que se adaptem às desigualdades e desafios locais para avanço de agendas locais de desenvolvimento. Continua importante fomentar mais espaços de troca de conhecimentos, lições e oportunidades multinível com um olhar atento de forma a desconstruir hierarquias engessadas e estruturas desiguais impregnadas no mundo urbano.

Referências Bibliográficas:

ALKANALKA, Mehmet. CITY DIPLOMACY AGAINST THE GLOBAL CLIMATE CHANGE THREAT: U20 CASE STUDY. *Elektronik Sosyal Bilimler Dergisi*, v. 23, n. 89, p. 37-50, 2024.

Annual report 2022. UN-Habitat, 2023. Disponível em: <https://unhabitat.org/annual-report-2022>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação-Brasília, v.26, n.4, p. 1-72, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202412/ri202412p.pdf>.

BELLO, Luiz. Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012. Agência de notícias IBGE, 04 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=Esse%20indicador%20chegou%20a%2020,chegava%20a%2022%2C4%25>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BETTI, Luana; FELIN, Bruno; ALMEIDA, Vinicius. 3 questões sobre financiamento climático que o Brasil enfrentará à frente da COP30. WRI Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/3-questoes-financiamento-climatico-brasil-g20-cop30>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BONACI, Elvis Marcelo. O DESENVOLVIMENTO DAS FAVELAS NOS GRANDES CENTROS URBANOS. Planejamento Urbano e Regional: ensaios acadêmicos co CAUFAG em, 2007.

BOUÇAS, Cibelle. América Latina e Caribe têm o custo de alimentação saudável mais alto do mundo. *Globo Rural*, 2025. Disponível em: <https://globorural.globo.com/especiais/um-so-planeta/noticia/2025/01/america-latina-e-caribe-tem-o-custo-de-alimentacao-saudavel-mais-alto-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

CANAL GOV. Cúpula do Brics: Lula condena desigualdades entre países ricos e emergentes. Partido dos Trabalhadores, 23 out. 2024. Disponível em: <https://pt.org.br/cupula-do-brics-lula-condena-desigualdades-entre-paises-ricos-e-emergentes/amp/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CANALGOV. Bom Dia, Ministro | Jader Filho. YouTube, 12 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://youtu.be/mjv3fEMs78Y>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CHIARETTI, Daniela. “Brasil não abraçou a adaptação climática” diz Ana Toni. *Valor Econômico*, 17 mai. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/05/17/brasil-nao-abracou-a-adaptacao-climatica-diz-ana-toni.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CHILD, D. Europe’s Roma face “environmental racism”:

report. Abril, 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/4/8/report-exposes-environmental-racism-suffered-by-europes-roma>. Acesso em: 19 de fev. de 2025.

CHILIATTO, Marcos Vinicius; RONCAGLIA, André. Reformar Banco Mundial e FMI é urgente para enfrentar desafios globais. *Folha de São Paulo*, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/12/reformar-banco-mundial-e-fmi-e-urgente-para-enfrentar-desafios-globais.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2025.

Columbia Experts and Rio Leaders Lead Urban Climate Adaptation Discussions at the U20 Summit. *Columbia Global Centers*, 2024. Disponível em: <https://globalcenters.columbia.edu/news/columbia-experts-and-rio-leaders-lead-urban-climate-adaptation-discussions-u20-summit>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2025.

Communiqué. Urban20, 2024. Disponível em: <https://www.urban20.org/wp-content/uploads/2024/11/u20-2024-communicue.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CORREA, Fernando; LINDAU, Luis Antonio. The Urban20 Summit in Rio and the Importance of Subnational-National Collaboration. *World Resources Institute*, 10 de Dez. 2024. Disponível em: <https://www.wri.org/update/urban20-subnational-national-collaboration>. Acesso em: 12 fev. 2025.

C40 CITIES CLIMATE LEADERSHIP GROUP. C40, 2025. Página inicial. Disponível em: <https://www.c40.org>. Acesso em: 02 fev. 2025.

DUQUE, Ana Carolina C; et al. Financiamento Climático no Brasil: o que você precisa saber para começar a entender o tema. *Laclima*, [s.d]. Disponível em: <https://laclima.org/paperseries/financiamento-climatico-no-brasil-o-que-voce-precisa-saber-para-comecar-a-entender-o-tema/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

Federalismo climático e urbanização sustentável são temas do “Bom Dia, Ministro” com Jader Filho nesta quarta (12). Secretaria de Comunicação Social da União, 11 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/federalismo-climatico-e-urbanizacao-sustentavel-sao-temas-do-201cbom-dia-ministro201d-com-jader-filho-nesta-quarta-12>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS et al. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024: financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Roma, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION et al. *Latin America and the Caribbean Regional Overview of Food Security and Nutrition 2024*

– Building resilience to climate variability and extremes for food security and nutrition. Santiago, 2025. <https://doi.org/10.4060/cd3877en>

G20 BRASIL 2024. Participação Social: Urban (U20). Disponível em: <https://g20.gov.br/pt-br/g20-social/u20-urban>. Acesso em: 19 de Fev. 2025.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. Building environmental justice in Brazil: A preliminary discussion of environmental racism. In: International Clinical Sociology. New York, NY: Springer New York, 2008. p. 244-265.

HOME. Disponível em: <https://www.g20.rio/u20br>. Acesso em: 9 fev. 2025.

ÍNDICE FIPE ZAP- Informe de dezembro de 2024. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/indices/fipezap/fipezap-202412-residencial-venda-publico.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de pesquisas. SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS - 2024

Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2024.

INSTITUTO PÓLIS. Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades. Julho de 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>. Acesso em: 20 de Fev. 2025.

IPCC, 2023: Sections. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth

Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC,

Geneva, Switzerland, pp. 35-115, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2019.

LOPES, Fernanda. Environmental Racism and Climate Injustice: Impact on Vulnerable Ethnic Communities - Baobá, 2023. Disponível em: <https://baoba.org.br/environmental-racism-and-climate-injustice-impact-on-vulnerable-ethnic-communities/>. Acesso em: 19 de fev. de 2025.

LUZ, Solimar. Reforma da governança global é prioridade do Brasil na Cúpula do G20. Agência Brasil, 07 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-11/reforma-da-governanca-global-e-prioridade-do-brasil-na-cupula-do-g20>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MENEZES, Roberto Goulart; KRAYCHETE, Elsa Sousa. Desigualdade global e desenvolvimento. Caderno CRH, Salvador, v. 35, p. 1-7, jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/vgpn8Qcn5JMkkmkyFXS35VD/#:~:text>

=O%20Relatório%20Mundial%20da%20Desigualdade,et%20al.%2C%202022%20. Acesso em: 10 fev. 2025.

MILLAR, Helen. Environmental racism: Research, current events, and global impact. MedicalNewsToday, 2024. Disponível em: <https://www.medicalnewstoday.com/articles/environmental-racism#current-events>. Acesso em: 19 de fev. de 2025.

Ministro Wellington Dias divulga Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza em evento da FAO. Agência gov, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/ministro-wellington-dias-divulga-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza-em-evento-da-fao>

MORENO, Carlos. Organização urbana desumana. Saber Viver, (cidade). Bem estar em destaque. Disponível em: https://www.moreno-web.net/wordpress/wp-content/uploads/2020/12/bem-estar_emdestaque.pdf Acesso em: 20 de Fev. 2025

MOURA, Bruno. Economia aquecida faz aluguel comercial ter alta recorde em 2024. Agência Brasil, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-01/economia-aquecida-faz-aluguel-comercial-ter-alta-recorde-em-2024>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

MOURA, Bruno de Freitas. G20: Lula propõe que países ricos adiantem metas do clima em dez anos. Agência Brasil, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-11/g20-lula-propoe-que-paises-ricos-adiantem-metas-do-clima-em-dez-anos>. Acesso em: 12 fev. 2025.

NÍVEIS de fome seguem persistentemente altos por três anos consecutivos, enquanto as crises globais se aprofundam: Relatório da ONU. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1707863/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

No primeiro ano de governo, 24,4 milhões deixam de passar fome. Gov.br, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/no-primeiro-ano-de-governo-24-4-milhoes-deixam-de-passar-fome-no-brasil>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.Ipea, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods2.html>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Perspectivas cidadãs: reforma da governança global é condição para eliminar desigualdades. Secretaria Geral da União, 04 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/outubro/perspectivas-cidadas-reforma-da-governanca-global-e-condicao-para-eliminar-desigualdades>. Acesso em: 02 fev. 2025.

PREFEITURA DO RIO. Secretaria de Meio Ambiente e Clima. Prefeitura realiza a primeira ação de reflorestamento com uso de drones semeadores em Campo Grande. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.rio/meio-ambiente/prefeitura-realiza-a-primeira-acao-de-reflorestamento-com-uso-de-drones-semeadores-em-campo-grande/> Acesso em: 20 de Fev. 2025.

PREFEITURA DO RIO. U20 Clima: Prefeitura do Rio lança programa Breathe Cities para melhorar qualidade do ar na cidade. G20 Rio, 2024a. Disponível em: <https://www.g20.rio/release-pt/u20-prefeitura-lanca-programa-breathe-cities-para-melhorar-qualidade-do-ar-no-rio> . Acesso em: 11 de Fevereiro de 2025.

PREFEITURA DO RIO. U20 | PALCO CLIMA: Iniciativas para o cruzamento de dados de clima e saúde. G20 Rio, 15 de Nov. 2024b. Disponível em: <https://www.g20.rio/release-pt/u20-palco-clima-iniciativas-para-o-cruzamento-de-dados-de-clima-e-saude> . Acesso em: 11 de Fevereiro de 2025.

PREFEITURA DO RIO. U20 | PALCO PRINCIPAL: Fundo de garantia para cidades verdes. G20.Rio, 2024c. Disponível em: <https://www.g20.rio/release-pt/u20-palco-principal-fundo-de-garantia-para-cidades-verdes>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

PREFEITURA DO RIO. U20 | PALCO PRINCIPAL: Inteligência Artificial na ação climática. G20.Rio, 2024d. Disponível em: <https://www.g20.rio/release-pt/u20-palco-principal-inteligencia-artificial-na-acao-climatica>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

PREFEITURA DO RIO. U20 | PALCO PRINCIPAL: Como capacitar cidades no caminho do desenvolvimento. G20. Rio, 2024e. Disponível em: <https://www.g20.rio/release-pt/u20-palco-principal-como-capacitar-cidades-no-caminho-do-desenvolvimento>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

PREFEITURA DO RIO. U20 | PALCO PRINCIPAL: Desafios para o desenvolvimento sustentável. G20.Rio, 2024f. Disponível em: <https://www.g20.rio/release-pt/u20-palco-principal-desafios-para-o-desenvolvimento-sustentavel-das-cidades-brasileiras-ate-2030>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

PREFEITURA DO RIO. U20 | PALCO CLIMA: Mobilidade e desafios para o desenvolvimento sustentável das grandes cidades. G20.Rio, 2024g. Disponível em: <https://www.g20.rio/release-pt/u20-clima-mobilidade-e-desafios-para-o-desenvolvimento-sustentavel-das-grandes-cidades>. Acessado em: 12 de fev. de 2024.

PREFEITURA DO RIO. U20 Clima: Mobilidade e desafios para o desenvolvimento sustentável das grandes cidades. G20 Rio, 2024g. Disponível em: <https://www.g20.rio/release-pt/u20-clima-mobilidade-e-desafios-para-o-desenvolvimento-sustentavel-das-grandes-cidades#:~:text=A%20secret%C3%83%C2%A1ria%20municipal%20de,%22Melhorando%20o%20financiamento%20para>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Prefeitura abre encontro de cúpula do U20: delegações de mais de 100 cidades do mundo. Prefeitura do Rio, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-abre-encontro-de-cupula-do-urban-20/>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

PICCOLOTTO Letícia. Brasil produziu comida para 1,6 bilhão, mas 33 milhões passam fome. Como? BrazilLab, 8 ago 2022. Disponível em: <https://brazillab.org.br/noticias/brasil-produziu-comida-para-1-6-bilhao-mas-33-milhoes-passam-fome-como>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2021.

PORTO, Douglas. Cúpula das cidades: entenda o que é o U20, que acontece antes do G20. CNN Brasil, São Paulo, 15 de nov. de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cupula-das-cidades-entenda-o-que-e-o-u20-que-acontece-antes-do-g20/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

Safe, sustainable and active mobility - a G20 urban priority. FIA FOUNDATION, 2024. Disponível em: <https://www.fiafoundation.org/news/safe-sustainable-and-active-mobility-a-g20-urban-priority>. Acesso em: 10 fev. 2025.

U20: Painéis com a presença do COR debatem soluções para o clima das grandes cidades mundiais. Centro de Operações da Prefeitura do Rio, 2024. Disponível em: <https://cor.rio/u20-paineis-com-a-presenca-do-cor-debatem-solucoes-para-o-clima-das-grandes-cidades/#:~:text=o%20Centro%20de%20Opera%C3%A7%C3%B5es,melhorar%20a%C3%A7%C3%B5es%20de%20resili%C3%Aancia>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

USA: Environmental racism in “Cancer Alley” must end – experts. United Nations, 2021. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/03/usa-environmental-racism-cancer-alley-must-end-experts?LangID=E&NewsID=26824> . Acesso em: 19 de fev. de 2025.

URBAN 20. An urban world, s. d. a. <https://www.urban20.org/>

24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023. Gov.br, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/24-4-milhoes-de-pessoas-saem-da-situacao-de-fome-no-brasil-em-2023#:~:text=Em%202022%2C%2033%2C1%20milh%C3%B5es,de%2011%2C4%20pontos%20percentuais>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

VELOSO, Sérgio. Taxar os super-ricos pelo direito à cidade!. BRICS Policy Center. Rio de Janeiro, 2024.

WORLD BANK. Poverty, Prosperity, and Planet Report 2024: Pathways Out of the Polycrisis. Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10986/42211>

<https://www.g20.rio/release-pt/u20-palco-governanca-financiamento-para-a-transicao-urbana-sustentavel>

<https://www.g20.rio/release-pt/u20-palco-governanca-parcerias-estrategicas-entre-as-cidades>

Governança Urbana e Sustentabilidade no U20 Rio 2024: Desafios e Oportunidades

Autores

Alejandro Leyva Marino
Diego Aguirre Brandão
Eduarda Maia Wandelli
Enzo Bandeira Cajaty Gonçalves
Erick Bezerra de Araújo
Gabriel Murad Zahar
Giovanna Queiroz Romão
Isabela Jamús Guimarães Neves
Julia Silva Ribeiro Dias
Laura Rabello Barreto de Sousa
Liz Falcão de Oliveira
Miguel Graber de Lima
Miguel de Sá Lopes da Cruz
Paulo Monteiro de Barros Theophilo
Pedro Ferreira Cabral
Sofia Delgado Beuttenmüller
Wellington R. da S. Ferreira Jr.

Docente:

Sergio Veloso

Governança Urbana e Sustentabilidade no U20 Rio 2024: Desafios e Oportunidades

1. Introdução

O crescente processo de urbanização global tem colocado as cidades no centro dos desafios contemporâneos, tornando-as protagonistas na busca por soluções para problemas complexos como mudanças climáticas, desigualdade social e financiamento urbano sustentável. À medida que os governos locais assumem um papel cada vez mais estratégico na governança global, torna-se essencial garantir que políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sejam eficazes, inclusivas e sustentáveis.

O Urban 20 (U20) Rio 2024 foi um evento fundamental para debater essas questões, reunindo líderes municipais, especialistas e organizações internacionais para discutir temas como financiamento climático, governança urbana, resiliência ambiental, inclusão social e inovação tecnológica. A conferência enfatizou a necessidade de alinhar estratégias locais às agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os compromissos do G20, reforçando a importância da cooperação entre cidades para enfrentar desafios comuns.

Este artigo tem como objetivo sintetizar os principais debates e aprendizados do U20 Rio 2024, estruturando a análise em cinco eixos fundamentais:

1. Governança Urbana Global – A crescente relevância das cidades na política internacional e os desafios da urbanização sustentável.

2. Financiamento Urbano Sustentável e Governança Multinível – Estratégias inovadoras para viabilizar investimentos em infraestrutura e sustentabilidade.

3. Sustentabilidade e Resiliência Urbana – A necessidade de adaptação das cidades às mudanças climáticas e a importância da segurança alimentar.

4. Inclusão Social e Democratização do Espaço Urbano – Como políticas urbanas podem reduzir desigualdades e fortalecer a participação cidadã.

5. Economia Social e Solidária – Modelos alternativos de desenvolvimento econômico baseados na cooperação e na equidade social.

Além de apresentar os principais temas debatidos no evento, o artigo também propõe recomendações para políticas públicas e estratégias de financiamento urbano, destacando a importância de modelos de governança participativa e inovação tecnológica para garantir que o crescimento das cidades ocorra de maneira justa e sustentável.

Diante dos desafios impostos pelo século XXI, as cidades não podem mais ser vistas apenas como espaços de crescimento econômico, mas como agentes fundamentais na construção de um futuro mais resiliente, inclusivo e sustentável. O U20 Rio 2024 reafirmou essa visão, oferecendo insights valiosos sobre o caminho que as cidades devem trilhar para enfrentar as transformações globais e consolidar-se como atores estratégicos da governança internacional.

2. O Urban 20 e a Governança Urbana Global

O Urban 20 (U20) é uma iniciativa de diplomacia urbana que reúne cidades de grande porte para discutir desafios e soluções para o desenvolvimento sustentável, promovendo um alinhamento entre as políticas municipais e as agendas globais do G20. O U20 Rio 2024 destacou-se como um espaço de diálogo crucial, onde lideranças locais, especialistas e organizações internacionais debateram estratégias para enfrentar questões urgentes, como mudanças climáticas, desigualdades sociais e financiamento urbano.

2.1. O Papel das Cidades na Governança Global

No atual cenário de urbanização acelerada, as cidades emergem como atores fundamentais na governança global. Enquanto os Estados nacionais enfrentam dificuldades em responder de maneira ágil às crises contemporâneas, os governos locais demonstram maior flexibilidade e capacidade de implementação de políticas inovadoras. O U20 reforçou essa perspectiva, destacando que as cidades podem liderar agendas climáticas, impulsionar a economia sustentável e fortalecer redes de cooperação internacional.

Além disso, a paradiplomacia — ação internacional promovida por governos subnacionais — tem ampliado a influência das cidades em fóruns globais. Experiências como a integração das políticas urbanas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris mostram como as cidades podem ser protagonistas na construção de um futuro mais sustentável e inclusivo.

2.2. Os Desafios da Urbanização Sustentável

A crescente concentração populacional nas áreas urbanas impõe desafios significativos para a gestão pública. Problemas como déficit habitacional, desigualdade de acesso a serviços básicos, degradação ambiental e insegurança alimentar tornam-se cada vez mais complexos. No U20 Rio 2024, foram debatidas soluções inovadoras para esses desafios, incluindo modelos de financiamento sustentável, iniciativas de resiliência climática e políticas inclusivas de governança.

Entre os principais desafios apontados estão:

• **Financiamento da transição sustentável:** Muitas cidades enfrentam dificuldades para acessar recursos financeiros que permitam a implementação de políticas ambientais eficazes.

• **Governança multinível:** A necessidade de fortalecer a cooperação entre governos locais, nacionais e internacionais para garantir sinergia e efetividade nas ações.

• **Inclusão social e equidade urbana:** A necessidade de políticas públicas que promovam a democratização do espaço urbano e o acesso igualitário a infraestrutura e serviços essenciais.

O U20 Rio 2024 destacou que, para superar esses desafios, é essencial integrar planejamento urbano, inovação tecnológica e participação comunitária. Cidades como Rio de Janeiro, Paris e Tóquio apresentaram exemplos de boas práticas, reforçando que a governança urbana global depende da colaboração entre diferentes atores e do compromisso com um desenvolvimento equitativo e sustentável.

2.3. O Protagonismo das Cidades na Agenda Climática e de Justiça Social

O impacto das mudanças climáticas tem sido particularmente severo nos centros urbanos, tornando urgente a adoção de estratégias de resiliência climática. No U20, foram discutidas ações como financiamento climático, implementação de tecnologias verdes e fortalecimento das capacidades locais para adaptação. A sessão “Diálogos nos Centros Urbanos 2024” ressaltou que cerca de US\$ 800 bilhões serão necessários até 2030 para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, com 40% desse montante destinado a comunidades vulneráveis.

Além das questões ambientais, a justiça social também esteve no centro das discussões. Cidades como Amsterdã e Buenos Aires compartilharam experiências de inclusão urbana, destacando a importância de estratégias que combatam a desigualdade, promovam a diversidade e assegurem a participação ativa da sociedade civil na formulação de políticas públicas.

O U20 Rio 2024 reforçou a ideia de que as cidades não apenas respondem aos desafios globais, mas podem moldar ativamente as direções futuras do desenvolvimento sustentável. A governança urbana global passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos governos locais, pela cooperação internacional e pelo compromisso com uma agenda que combine inovação, equidade e sustentabilidade.

3. Financiamento Urbano Sustentável e Governança Multinível

O financiamento urbano sustentável é um dos principais desafios para que as cidades possam implementar políticas eficazes de resiliência climática, inclusão social e desenvolvimento sustentável. No contexto do U20 Rio 2024, as discussões enfatizaram a necessidade de fortalecer a governança multinível e diversificar as fontes de financiamento para garantir que as cidades possam cumprir suas metas ambientais e sociais de longo prazo.

As cidades desempenham um papel central na governança climática global, mas frequentemente enfrentam dificuldades para acessar recursos financeiros e estruturar projetos atrativos para investidores. Assim, a integração de estratégias locais com políticas nacionais e internacionais é essencial para viabilizar a transição para uma economia urbana mais sustentável.

3.1. Desafios do Financiamento Climático nas Cidades

O financiamento climático é um dos maiores obstáculos para a implementação de políticas ambientais em centros urbanos, especialmente em países em desenvolvimento. As cidades precisam de investimentos robustos para infraestrutura sustentável, redução das emissões de carbono, adaptação às mudanças climáticas e melhorias na qualidade de vida da população. No entanto, diversos fatores dificultam o acesso a esses recursos:

Dependência de Orçamentos Públicos Limitados: Muitas cidades, especialmente em países do Sul Global, enfrentam restrições fiscais e dificuldades para acessar fontes de financiamento externo. O endividamento público e a instabilidade econômica tornam ainda mais desafiador o investimento em infraestrutura verde e sustentável.

Burocracia e Falta de Capacidade Técnica: A ausência de uma estrutura técnica eficiente para a formulação de projetos viáveis e atrativos para investidores limita o potencial das cidades em captar recursos. Muitas administrações municipais carecem de profissionais qualificados para elaborar propostas que atendam aos critérios exigidos por fundos internacionais e bancos de desenvolvimento.

Falta de Instrumentos Financeiros Adaptados às Realidades Locais: Os mecanismos tradicionais de financiamento, como empréstimos de longo prazo e subsídios, muitas vezes não são adequados para as necessidades específicas das cidades. Modelos mais inovadores são necessários para viabilizar investimentos que combinem rentabilidade e impacto social.

Mecanismos inovadores e incentivos para investimento privado

Diante desses desafios, novas estratégias e instrumentos financeiros foram debatidos no U20 Rio 2024 como alternativas para viabilizar investimentos sustentáveis. Algumas das principais soluções apresentadas incluem:

Títulos Verdes (Green Bonds): São instrumentos financeiros que permitem a captação de recursos para projetos sustentáveis, como mobilidade elétrica, eficiência energética e infraestrutura resiliente. Cada vez mais, as cidades estão explorando essa modalidade para atrair investidores comprometidos com a agenda climática.

Parcerias Público-Privadas (PPPs) Sustentáveis: Modelos de cooperação entre governos e setor privado têm se mostrado eficazes na viabilização de infraestrutura urbana sustentável. Exemplos incluem projetos de transporte limpo, saneamento ambiental e energias renováveis financiados por consórcios entre empresas e administrações municipais.

Fundos Climáticos Internacionais: O acesso a mecanismos financeiros globais, como o Fundo Verde para o Clima da ONU, pode ajudar cidades a superar barreiras financeiras para a transição sustentável. No entanto, o processo de candidatura a esses fundos ainda é complexo e exige maior capacitação técnica das prefeituras.

Tributação Inteligente e Incentivos Fiscais: Algumas cidades estão adotando políticas fiscais que favorecem a transição verde, como descontos tributários para empresas que adotam práticas sustentáveis, incentivos para construções ecológicas e taxaço progressiva para atividades poluentes.

Estratégias de fortalecimento da governança financeira local

Além da necessidade de novos mecanismos financeiros, o fortalecimento da governança fiscal das cidades é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e transparente. Algumas das principais recomendações discutidas no U20 incluem:

Autonomia Financeira Municipal: Reformas que ampliem a capacidade das cidades de arrecadar receitas próprias são fundamentais para reduzir a dependência de transferências governamentais. Isso inclui a modernização dos sistemas tributários locais e a criação de fundos municipais voltados para projetos sustentáveis.

Capacitação Técnica e Planejamento Estratégico: Investir na formação de equipes técnicas para a elaboração de projetos de financiamento urbano sustentável é uma prioridade. Parcerias com universidades, bancos de desenvolvimento e organizações internacionais podem auxiliar na criação de programas de capacitação.

Transparência e Prestação de Contas: A governança financeira local deve ser aprimorada para garantir que os investimentos em sustentabilidade sejam eficientes e inclusivos. A adoção de plataformas de monitoramento de gastos públicos e auditorias independentes são estratégias recomendadas para aumentar a credibilidade das administrações municipais.

O U20 Rio 2024 reforçou que o financiamento da transformação urbana sustentável não pode ser tratado de forma isolada. Ele exige um compromisso conjunto entre governos locais, nacionais e internacionais, setor privado e sociedade civil. Sem modelos financeiros sólidos e uma governança urbana eficiente, os desafios da urbanização sustentável permanecerão um obstáculo para a criação de cidades mais resilientes, inclusivas e ambientalmente responsáveis.

4. Sustentabilidade e Resiliência Urbana

O crescimento acelerado das cidades e os impactos das mudanças climáticas têm colocado a sustentabilidade e a resiliência urbana no centro das discussões globais. No U20 Rio 2024, especialistas destacaram a necessidade de adaptação às novas condições ambientais, implementação de políticas de segurança alimentar e o uso de tecnologias inovadoras para garantir que as cidades sejam sustentáveis e preparadas para lidar com desastres climáticos e desafios sociais.

4.1. Resiliência Climática e Segurança Alimentar

As mudanças climáticas agravam a vulnerabilidade das cidades, impactando diretamente a infraestrutura, a qualidade

de vida da população e o acesso a recursos essenciais, como água e alimentos. Eventos climáticos extremos, como enchentes, ondas de calor e secas prolongadas, tornam-se mais frequentes e severos, exigindo que os centros urbanos adotem estratégias de resiliência para proteger comunidades vulneráveis.

Durante o U20, foram apresentadas iniciativas de adaptação e mitigação, como o 'Breathe Cities Rio', que visa monitorar e melhorar a qualidade do ar nas cidades, e a Coalizão CHAMP, uma aliança multinível que busca fortalecer a capacidade de resposta climática de governos locais. Essas iniciativas demonstram a importância da cooperação entre setores público e privado para garantir cidades mais preparadas para os desafios ambientais.

A segurança alimentar também foi uma preocupação central. Em um cenário onde crises climáticas afetam a produção e distribuição de alimentos, políticas de combate à fome precisam ser articuladas em nível local. Estratégias como cozinhas solidárias, incentivo à agricultura urbana e ampliação de programas de segurança alimentar foram debatidas como soluções para garantir o acesso equitativo a alimentos saudáveis e sustentáveis.

Entre as propostas discutidas no U20, destacam-se:

- **Integração de políticas de segurança alimentar e desenvolvimento urbano**, para que o planejamento das cidades leve em conta o acesso da população a mercados e centros de distribuição de alimentos.

- **Apoio a modelos de produção alimentar sustentáveis**, como hortas comunitárias, agricultura regenerativa e circuitos curtos de comercialização, reduzindo a dependência de grandes cadeias de fornecimento.

- **Parcerias entre governos locais e ONGs** para ampliar iniciativas de combate à fome e garantir que populações vulneráveis tenham acesso a alimentos nutritivos e acessíveis.

A resiliência climática e a segurança alimentar estão interligadas, e garantir que as cidades estejam preparadas para enfrentar os desafios ambientais do futuro é essencial para promover justiça social e qualidade de vida para todos.

4.2. Cidades Inteligentes e Soluções Tecnológicas

O avanço da tecnologia desempenha um papel fundamental na sustentabilidade e resiliência das cidades. A inteligência artificial, sensores urbanos e plataformas de análise de dados podem otimizar a gestão urbana, tornando os serviços mais eficientes e prevenindo crises antes que se agravem.

No U20 Rio 2024, especialistas discutiram o uso da inteligência artificial na gestão urbana e climática, destacando ferramentas que permitem prever desastres naturais, otimizar o consumo de energia e reduzir emissões de carbono. Sistemas de monitoramento em tempo real já são utilizados em diversas cidades para gerenciar trânsito, melhorar a segurança e reduzir o desperdício de recursos.

Um dos casos mais emblemáticos apresentados foi o Centro de Operações Rio (ROC), uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro que reúne dados em tempo real para otimizar a resposta a emergências e melhorar a eficiência dos serviços públicos. O ROC integra informações de diversas fontes, como sensores ambientais, câmeras de vigilância e redes sociais, permitindo uma tomada de decisão mais ágil e eficaz. Esse modelo de governança urbana digital pode ser expandido para outras cidades que buscam aumentar sua resiliência diante de

desafios climáticos e sociais.

Outra inovação discutida foi o conceito de Aerorópoles, que propõe o desenvolvimento urbano ao redor de aeroportos para impulsionar a economia, melhorar a mobilidade e integrar tecnologia de ponta à infraestrutura urbana. O projeto Rio Aerorópole, por exemplo, busca transformar a área ao redor do Aeroporto Internacional do Galeão em um polo econômico e tecnológico, combinando planejamento sustentável com inovação.

Entre as principais tecnologias e estratégias debatidas para tornar as cidades mais inteligentes e sustentáveis, destacam-se:

- **Uso de sensores climáticos e inteligência artificial** para prever enchentes, ondas de calor e outros desastres naturais, permitindo uma resposta mais rápida e eficiente.

- **Soluções de mobilidade sustentável**, como transporte elétrico, planejamento urbano voltado para pedestres e ciclistas, e integração de dados para otimizar deslocamentos.

- **Incorporação de tecnologia verde na infraestrutura urbana**, como telhados verdes, captação de energia solar e reaproveitamento de água, reduzindo o impacto ambiental do crescimento urbano.

As discussões do U20 Rio 2024 reforçaram que a tecnologia não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta para construir cidades mais inclusivas, resilientes e preparadas para os desafios do futuro. A implementação de soluções inteligentes precisa estar alinhada às necessidades sociais e ambientais das comunidades, garantindo que o progresso tecnológico seja acessível a todos.

5. Inclusão Social e Democratização do Espaço Urbano

O processo de urbanização muitas vezes resulta na exclusão de grupos sociais marginalizados, aprofundando desigualdades e limitando o acesso equitativo a infraestrutura e serviços essenciais. No U20 Rio 2024, a inclusão social e a democratização do espaço urbano foram discutidas como elementos-chave para o desenvolvimento sustentável das cidades. Foram destacadas iniciativas que promovem a participação cidadã, o combate à segregação espacial e a ampliação do acesso à moradia, transporte e espaços públicos de qualidade.

A democratização do espaço urbano exige que políticas públicas sejam formuladas com base na participação ativa da sociedade civil, especialmente das comunidades vulneráveis que historicamente enfrentam barreiras na tomada de decisões. A inclusão dessas populações nas estratégias de planejamento urbano é fundamental para reduzir desigualdades e fortalecer a coesão social dentro das cidades.

5.1. Estratégias para um Desenvolvimento Urbano Inclusivo

Um dos conceitos centrais abordados no U20 Rio 2024 foi o de “cidades de cuidados”, que propõe a reestruturação dos centros urbanos com foco na criação de espaços que garantam

o bem-estar da população. Essa abordagem reconhece o cuidado – tanto em termos de infraestrutura quanto de políticas sociais – como um elemento fundamental para o funcionamento da cidade. Isso inclui medidas como a ampliação da rede de equipamentos públicos, a implementação de transporte acessível e o fortalecimento de serviços de saúde, educação e assistência social.

A redução das desigualdades também passa pela inclusão de comunidades vulneráveis no desenvolvimento urbano. Isso significa garantir moradia digna, acesso equitativo a empregos e oportunidades econômicas, além de fomentar a participação das periferias e favelas nas decisões que afetam diretamente suas condições de vida. Algumas estratégias discutidas incluem:

- **Regularização fundiária e moradia acessível**, garantindo segurança jurídica para moradores de assentamentos informais e promovendo programas de habitação popular sustentáveis.

- **Espaços públicos acessíveis e seguros**, priorizando o planejamento urbano que atenda a diversidade social e favoreça a mobilidade inclusiva.

- **Infraestrutura urbana adaptada às necessidades de populações vulneráveis**, incluindo transporte acessível, saneamento básico universalizado e políticas voltadas para a população idosa e pessoas com deficiência.

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento urbano inclusivo é o engajamento da juventude e da sociedade civil na governança participativa. Movimentos sociais, associações comunitárias e coletivos juvenis desempenham um papel essencial na formulação e monitoramento de políticas públicas. No U20, foram apresentados exemplos de como as cidades podem criar canais institucionais para que esses grupos tenham voz ativa, por meio de fóruns participativos, orçamentos públicos inclusivos e plataformas digitais de consulta popular.

5.2. Oportunidades para a Economia Social e Solidária

A Economia Social e Solidária (ESS) é um modelo alternativo que combina desenvolvimento econômico com equidade social, promovendo soluções baseadas na cooperação, no associativismo e no respeito ao meio ambiente. Durante o U20 Rio 2024, foram discutidas formas de fortalecer a ESS como um pilar da inclusão social nas cidades, garantindo oportunidades econômicas para populações vulneráveis e fomentando modelos de produção sustentáveis.

Um dos conceitos centrais nesse debate foi a economia do cuidado, que valoriza o trabalho essencial, muitas vezes invisibilizado, de assistência a idosos, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade. Políticas públicas voltadas para esse setor, como a formalização do trabalho doméstico e a ampliação dos serviços de apoio à família, podem criar empregos dignos e fortalecer a resiliência social das cidades.

A colaboração entre governos, ONGs e instituições privadas também se mostrou essencial para viabilizar a Economia Social e Solidária. Parcerias público-comunitárias podem impulsionar negócios sustentáveis, apoiar pequenos empreendimentos locais e criar redes de proteção social mais eficazes.

Entre os casos de sucesso apresentados, destacam-se:

- **Cooperativas de reciclagem e economia circular**, que empregam catadores de materiais recicláveis, promovem a redução de resíduos e incentivam práticas sustentáveis.

- **Bancos comunitários e moedas sociais**, que fortalecem economias locais ao facilitar o acesso ao crédito e promover a circulação de recursos dentro dos bairros.

- **Plataformas digitais cooperativas**, que utilizam tecnologia para conectar trabalhadores autônomos a oportunidades de emprego, sem a intermediação de grandes corporações que exploram mão de obra precária.

A ESS se apresenta, portanto, como uma alternativa viável e sustentável para combater a exclusão social e promover um desenvolvimento urbano mais justo, solidário e ambientalmente responsável.

6. Conclusão

O U20 Rio 2024 reafirmou o papel das cidades como protagonistas na governança global e na implementação de políticas para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos. As discussões demonstraram que, em um contexto de rápidas transformações climáticas e sociais, os governos locais devem adotar abordagens inovadoras para garantir que o crescimento urbano seja sustentável e inclusivo.

Entre os principais aprendizados do evento, destacam-se:

- **A necessidade de novos modelos de financiamento urbano sustentável**, incluindo parcerias público-privadas, mecanismos inovadores de captação de recursos e a valorização de instrumentos como títulos verdes e financiamento baseado em terras.

- **A importância da resiliência climática e da segurança alimentar**, garantindo que as cidades estejam preparadas para enfrentar eventos climáticos extremos e assegurar que todas as populações tenham acesso a uma alimentação adequada e sustentável.

- **A centralidade da inclusão social no planejamento urbano**, promovendo a democratização do espaço urbano e garantindo que grupos historicamente marginalizados tenham voz ativa na formulação de políticas públicas.

- **O potencial da Economia Social e Solidária**, não apenas como ferramenta de combate à desigualdade, mas também como estratégia para impulsionar a geração de emprego e a economia local de forma sustentável.

Olhando para o futuro, os desafios para a construção de cidades resilientes e sustentáveis exigem a adoção de políticas públicas que sejam intersetoriais, inovadoras e centradas nas necessidades das populações urbanas mais vulneráveis. Algumas recomendações-chave incluem:

- **Fortalecer a governança multinível**, garantindo maior autonomia e acesso a financiamento para governos locais, além de ampliar a coordenação com instâncias nacionais e internacionais.

- **Ampliar investimentos em infraestrutura verde e inteligente**, priorizando soluções baseadas na natureza, eficiência energética e tecnologias digitais para otimizar a gestão urbana.

- **Criar políticas de participação social efetiva**, assegurando que cidadãos e comunidades possam influenciar as decisões sobre o futuro das cidades.

- **Incorporar a Economia Social e Solidária nas estratégias de desenvolvimento urbano**, apoiando iniciativas locais que promovam inclusão econômica e sustentabilidade ambiental.

O U20 Rio 2024 demonstrou que, para enfrentar os desafios do século XXI, as cidades devem ser mais do que espaços de desenvolvimento econômico: elas devem ser motores de inovação social, sustentabilidade e equidade. A governança urbana precisa evoluir para responder aos desafios contemporâneos de forma ágil, garantindo que ninguém fique para trás na construção de um futuro mais justo e resiliente.



Os desafios das cidades frente ao combate às mudanças climáticas: uma análise acerca da cúpula urbana do G20 em 2024

Autores

João Victor dos Santos Lugon Moulin
Gabriela Corrêa Otálora
Bárbara Rassy
Alexandre Brown
Bernardo Queiroz

Docente:

Sergio Veloso

Os desafios das cidades frente ao combate às mudanças climáticas: uma análise acerca da cúpula urbana do G20 em 2024

1. As cidades na linha de frente

A abertura do evento teve início no Palco Principal e contou com a temática típica carioca: uma resenha dos sambistas da Escola “Independentes de Olegária”, na qual as músicas e instrumentos típicos da cidade foram apresentados aos participantes. Seguido das festividades, foi a vez de ouvir a fala dos prefeitos, fato de extrema relevância no assunto abordado no contexto do evento: A Urbanidade. Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, estava no centro e discursou acerca da importância das cidades, pois de acordo com ele, é lá onde iremos perder ou ganhar a batalha contra as mudanças climáticas.

Para Paes, as cidades têm capacidade para agir, precisando ser ativas na atuação do tema clima, no que tange, inclusive, apelar para a transnacionalidade pois é necessário dispor de financiamento e recursos para seu pleno desenvolvimento, já que há um atraso em 80% nos objetivos sustentáveis da ONU. Elas precisam tomar frente das ações com o objetivo de avançar na agenda Sustentável, no combate à desigualdade social e à fome, que se classificam como focos cruciais para a transição energética, necessitam criar economias que cresçam aliadas com a justiça ambiental, juntando ambos para a concretização de uma boa governança. Isso tudo faz parte do desenvolvimento urbano, trazendo um papel de relevância das cidades na luta das discussões climáticas. É sob esse prisma que inicia-se a cúpula do U20 de 2024, representando uma oportunidade para reafirmar o papel das cidades contra a pobreza, desigualdade e contra as mudanças climáticas.

Durante seu discurso de abertura, Eduardo Paes ressaltou a importância de uma ação global coordenada para construir um mundo mais justo e sustentável, com foco em justiça climática, transição energética e justiça social. Segundo ele, alcançar esses objetivos exige mudanças significativas na governança global e o comprometimento das nações em adotar medidas concretas. Paes enfatizou que os países ricos têm um papel crucial nesse cenário, sendo indispensável que eles contribuam com financiamentos para as cidades, que estão na linha de frente do combate às mudanças climáticas. Ele destacou que as cidades concentram grande parte dos desafios climáticos, como poluição, eventos extremos e crescimento desordenado, tornando-as protagonistas na busca por soluções sustentáveis. Além disso, o prefeito fez um alerta para a necessidade de uma gestão multinível, que envolva a colaboração entre os governos federal, estaduais e municipais na elaboração e implementação de projetos voltados à redução dos riscos climáticos. Essa abordagem integrada, descrita por Paes como um “Federalismo Climático”, permitiria alinhar esforços entre diferentes esferas de poder, otimizando recursos e garantindo que as ações sejam eficazes e adaptadas às necessidades locais.

Dessa forma, ele reforçou que apenas com união e cooperação será possível enfrentar os desafios impostos pela crise climática global.

2. A atuação das empresas privadas frente à transição energética

A busca por justiça climática e o combate às mudanças climáticas têm impulsionado a criação de um novo setor voltado para empreendimentos que aliam objetivos ambientais e digitais. Nativos digitais estão empreendendo e procurando empreender na área através da inovação nas empresas privadas. A partir disso foi criado o “Fórum Brasileiro de Climatechs” (FBC), um tipo de aliança entre empresas que desenvolvem diferentes produtos e serviços, que resultam em externalidades ambientais positivas com foco no potencial de reduzir os gases de efeito estufa. Com isso, a cúpula urbana do U20 reuniu essas empresas para discutir sobre seus projetos.

Nesse contexto, o evento tem início com a trajetória e atuação da empresa “Climate Ventures”, um instituto dedicado a destravar fontes de capital e desenvolver o campo dos investimentos climáticos. Sua missão é promover a inovação e integrar o universo dos negócios à agenda climática, ampliando as possibilidades de impacto positivo no mercado e no meio ambiente. Durante o painel que introduziu a Climate Ventures, foram apresentados diversos casos de sucesso no Brasil, evidenciando a importância da resiliência energética e a necessidade de diversificar a matriz energética nacional com fontes verdes além da hídrica. Um dos destaques foi uma tecnologia que detecta e impede vazamentos em encanamentos, fornecendo dados estratégicos para empresários tomarem decisões mais conscientes. Isso permite um consumo racional de água, reduzindo desperdícios e promovendo sustentabilidade. Outro caso de grande impacto trazido foi o projeto da “Bike do Itaú”, liderado pela empresa Tembici, que oferece um serviço de compartilhamento de bicicletas que se tornou referência no país, que não só oferece uma alternativa acessível e sustentável ao transporte urbano, mas também ajuda a reduzir emissões de CO₂, democratiza o acesso às cidades e incentiva hábitos mais saudáveis.

Os representantes da startup “Lemon” também estiveram presentes no evento. A empresa faz um trabalho de produção e geração de energias renováveis compartilhadas em um cenário de grande competição de mercado, no qual os pequenos e médios negócios não possuem as condições de escolha como as

grandes empresas têm ao optarem por energias 2

renováveis. Nesse panorama, a Lemon traz a oportunidade de democratização desse tipo de recurso. Isso contribui para a diversificação da matriz energética brasileira, promovendo a sustentabilidade e a transição. Os resultados de sua atuação incluem o desenvolvimento local com a geração de mais empregos, a expansão da economia local e o aumento dos indicadores de qualidade de vida naquela região. Em seguida, a empresa "Stattus 4" sobe ao palco. Essa startup atua para "salvar" a água no mundo, em que os clientes são distribuidores e é baseada em um tripé de ações. O primeiro é identificar o vazamento de água, o segundo é a geração de informações acerca dos vazamentos por meio do uso de inteligência artificial e o terceiro é a distribuição consciente. Sua meta até 2030 consiste em conectar 99% da população ao acesso à água, 90% com coleta e tratamento e a redução gradual das perdas (isto é: desperdício). O principal propósito da empresa é promover o consumo de água de forma racional, saneamento básico e sua universalização (reduzindo, indiretamente os custos com saúde pública). É necessário, acima de tudo, tecnologia para evitar as perdas de águas e distribuí-las. Ciclo da melhor forma e com menores gastos. Por último, fomos apresentados à "Musa", empresa que atua no mercado dos resíduos industriais por meio do recurso da reciclagem e da tecnologia dos dados. Esse serviço tem como resultado a redução do custo das empresas, pois os resíduos podem ser utilizados como matéria prima, originando uma nova fonte de lucro.

Apesar do cenário otimista em que encontram-se as startups do FBC, há muitos obstáculos para a implementação de suas propostas e o alcance das metas almejadas. Dentre os principais desafios expostos pela Lemon, a burocracia encontra-se em destaque. É necessário que haja um canal regulatório para que a distribuição seja mais democrática. Para a Musa, a não implementação da política de redução de sólidos nos lixões, separação dos resíduos a nível urbano são os principais problemas. Já de acordo com a Tembice, a falta de investimento público e o fator cultural pela preferência social pelo uso do carro ao invés da bicicleta são a raiz dos obstáculos, enquanto para a Stattus 4 o mais difícil encontra-se na complicação de se "vender a inovação" e na dificuldade de se relacionar com o setor público.

Ainda assim, é importante salientar que a exposição de todos esses exemplos diversos reforçam como a inovação pode gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais ao mesmo tempo, contribuindo para o avanço da transição energética e a criação de um ambiente mais sustentável no cenário urbano.

3. A importância dos recursos de financiamento

A transição energética e as adaptações urbanas necessárias para mitigar as crises climáticas exigem investimentos financeiros significativos, o que gera intensos debates sobre como dividir esses custos entre os países, além de depender da soberania de cada um deles. Outrossim, diversos obstáculos dificultam o avanço dessas ações. Dentre eles, destacam-se: o acesso limitado a financiamentos para cidades, já que a maior parte dos recursos é destinada às entidades federais; a escassez de projetos urbanos devido a barreiras institucionais; a disparidade nas capacidades

municipais para executar iniciativas sustentáveis e complexas; e a necessidade de alinhar investimentos públicos e privados. Em resumo, cidades e pequenos municípios acabam com menos autonomia e poder de decisão na definição de medidas para enfrentar a crise climática. Nesse cenário, os bancos multilaterais de desenvolvimento desempenham um papel essencial ao oferecerem empréstimos com juros baixos e prazos acessíveis, especialmente para países em desenvolvimento, tendo em vista que há muitos obstáculos para a realização de uma efetiva transição energética (obstáculos estes que estão fora do alcance das cidades).

Valérie Plante, prefeita de Montreal, destacou em seu discurso sobre as dificuldades de priorizar questões ambientais frente à "politicagem". Apesar de dados científicos demonstrarem os benefícios de medidas sustentáveis para a qualidade de vida e a segurança, há grande resistência a essas ações. Ela citou como exemplo a implementação de uma faixa de ciclismo em Montreal, que só foi aceita após comprovar-se que aumentaria a segurança dos pedestres. Esse tipo de resistência evidencia o desafio de se alcançar consenso, o que também prejudica o acesso ao financiamento climático.

O financiamento climático, portanto, é um pilar fundamental para enfrentar a crise ambiental. As cidades, como principais agentes de transformação, desempenham um papel central para que a humanidade alcance o desenvolvimento sustentável. Fóruns como o C40 são ferramentas valiosas nesse processo, pois promovem debates multilaterais e conectam prefeituras de diferentes regiões, permitindo a troca de ideias e a criação de soluções conjuntas. Além disso, esses espaços destacam a importância do setor rural e das questões alimentares, que estão diretamente ligadas à crise climática.

Por fim, é essencial que haja maior diálogo entre prefeituras e municípios, facilitando a implementação de políticas públicas adaptadas às necessidades específicas de cada região. Além disso, mecanismos como os Créditos de Carbono surgem como ferramentas estratégicas para viabilizar o financiamento de medidas verdes e climáticas, acelerando a transição para um futuro mais sustentável.

4. A agenda política das cidades

As cidades desempenham um papel fundamental na implementação de medidas capazes de mitigar a crise climática, atuando como epicentros das mudanças necessárias para alcançar um desenvolvimento sustentável. Como locais onde se concentram as maiores emissões de gases de efeito estufa, o crescimento populacional desordenado e os desafios sociais e econômicos, as áreas urbanas são estratégicas para impulsionar soluções climáticas. Nesse sentido, prefeitos e governos locais precisam assumir uma postura ativa ao adotar uma agenda política que priorize a transição energética, a adaptação urbana e o combate às desigualdades sociais e econômicas.

Os países do Sul Global enfrentam maiores desafios na implementação de mecanismos climáticos do que os países do Norte Global, devido a limitações estruturais, financeiras e institucionais. Muitas dessas nações lidam com orçamentos restritos, menor acesso a financiamentos internacionais e dificuldades para atrair investimentos privados. Além disso, a desigualdade regional e a falta de infraestrutura adequada dificultam a execução de projetos sustentáveis em larga escala.

Nesse contexto, Eduardo Paes destacou a importância de um debate internacional inclusivo, que valorize as vozes das cidades do Sul Global e promova um fluxo mais justo de recursos financeiros e tecnológicos.

Paes ressaltou que os países ricos têm a responsabilidade de contribuir com financiamentos mais acessíveis e de longo prazo para apoiar as cidades do Sul Global, que estão na linha de frente dos desafios climáticos, mas muitas vezes carecem de autonomia para implementar políticas transformadoras. Ele também enfatizou a necessidade de uma gestão multinível, onde governos locais, estaduais e federais trabalhem de forma integrada para criar soluções adaptadas às realidades específicas de cada região. Essa abordagem colaborativa não apenas amplia o impacto das políticas públicas, mas também fortalece a resiliência das cidades diante das crises climáticas e sociais.

Para avançar nessa agenda, é essencial que fóruns como o U20 e o C40 sirvam como plataformas para a troca de experiências e a construção de alianças entre cidades de diferentes partes do mundo. Essas iniciativas podem ajudar a superar a lacuna entre o Sul e o Norte Global, promovendo a transferência de conhecimento, a cooperação técnica e o acesso igualitário a tecnologias verdes e mecanismos financeiros inovadores. Apenas com essa união de esforços será possível construir um futuro sustentável e inclusivo, alinhado aos objetivos globais de justiça climática e social.

6. Por cidades mais sustentáveis

O U20 de 2024 ressaltou o papel crucial das cidades no enfrentamento da crise climática, reconhecendo-as como os epicentros das mudanças necessárias para alcançar um desenvolvimento sustentável. As discussões destacaram a importância de uma governança integrada e de parcerias entre prefeituras, governos nacionais e empresas privadas para impulsionar a transição energética, reduzir desigualdades e promover soluções urbanas resilientes. Com iniciativas como o compartilhamento de práticas bem-sucedidas e o fortalecimento do diálogo multinível, o evento reforçou que as cidades são agentes transformadores na luta contra as mudanças climáticas e na construção de um futuro mais sustentável.

Na realidade brasileira, projetos de desenvolvimento urbano não podem ser tratados por instituições pequenas das cidades. É necessário compreender e identificar onde os setores público e privado podem atuar pois sozinhas as cidades não têm os meios necessários para alavancar uma transição energética em larga escala. Tendo isso em mente, é necessário que haja uma colaboração e até mesmo uma pressão nos governos. Para além disso, é necessário ter uma visão mais realista e entender que não é possível interromper a expansão do processo produtivo, mas é possível torná-lo mais inclusivo e aliado da natureza como investir em infra estruturas adaptativas ao espaço natural, soluções baseadas nos créditos de biodiversidade, na materialização da bioeconomia, na cooperação internacional com respeito às especificidades locais. Para isso a sociedade e as entidades governamentais e econômicas precisam ver valor financeiro na natureza. Para o Prefeito Eduardo Paes, o protagonismo está nas cidades, pois é nela em que as pessoas vivem. As lideranças precisam ter isso em mente e focar nos governos locais, pois os maiores impactos das mudanças climáticas estão no ambiente urbano.

Nesse contexto, percebemos que os debates chamaram atenção para os desafios específicos enfrentados por cidades, especialmente nos países do Sul Global, pois esses países possuem menos acesso a financiamentos e apresentam capacidades institucionais limitadas para desenvolver projetos de mitigação e adaptação. Nesse contexto, os bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, e mecanismos como os Créditos de Carbono foram apontados como ferramentas indispensáveis para viabilizar medidas concretas. Além disso, exemplos apresentados no evento, como a expansão de matrizes energéticas verdes e tecnologias inovadoras para o consumo racional de água, mostraram como as cidades podem alinhar crescimento econômico e preservação ambiental. 6

O aparecimento inesperado de um lobo-marinho na Praia de Ipanema em dezembro de 2024 (ARAÚJO, 2024) simboliza o impacto direto e visível das mudanças climáticas sobre a biodiversidade e os ecossistemas. Eventos como esse ilustram alterações nas correntes marítimas, que são intensificadas pelo aquecimento global e pela degradação ambiental. Esse caso, que despertou atenção pública, evidencia a necessidade urgente de colocar as cidades no centro da agenda climática, dado que são elas que enfrentam, de forma imediata, os efeitos dessas transformações.

Por fim, o U20 de 2024 reforça que, apesar dos desafios, há razões para otimismo. O evento mostrou que soluções inovadoras e colaborativas estão sendo implementadas, enquanto novas oportunidades para financiamento e ação conjunta emergem. Assim como as cidades podem ser os locais mais vulneráveis às mudanças climáticas, também têm o potencial de liderar uma transição sustentável. A aparição do lobo-marinho nas areias cariocas serve como um alerta simbólico, mas também como um chamado à ação. Com cooperação global e compromisso local, é possível construir um futuro em que as cidades sejam não apenas resilientes, mas protagonistas na preservação do planeta e na garantia de um futuro justo e equilibrado para todos.

7. Bibliografia:

ARAÚJO, Genilson. Lobo-marinho aparece nas areias da Praia de Ipanema. G1, 18 de Dezembro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/12/18/leao-marinho-aparece-nas-areias-da-praia-de-ipanema.ghtml>. Acesso em 9 de Janeiro de 2025.

MOULIN, João Victor. Informações verbais recebidas em 14, 15 e 16 nov. 2024.

OTALORA, Gabriela. Informações verbais recebidas em 14, 15 e 16 nov. 2024. 7

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS
Casas Casadas, 3º andar, Rua das Laranjeiras 307, Laranjeiras,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
CEP 22240-004

e-mail: bpc@bricspolicycenter.org

bricspolicycenter.org



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

